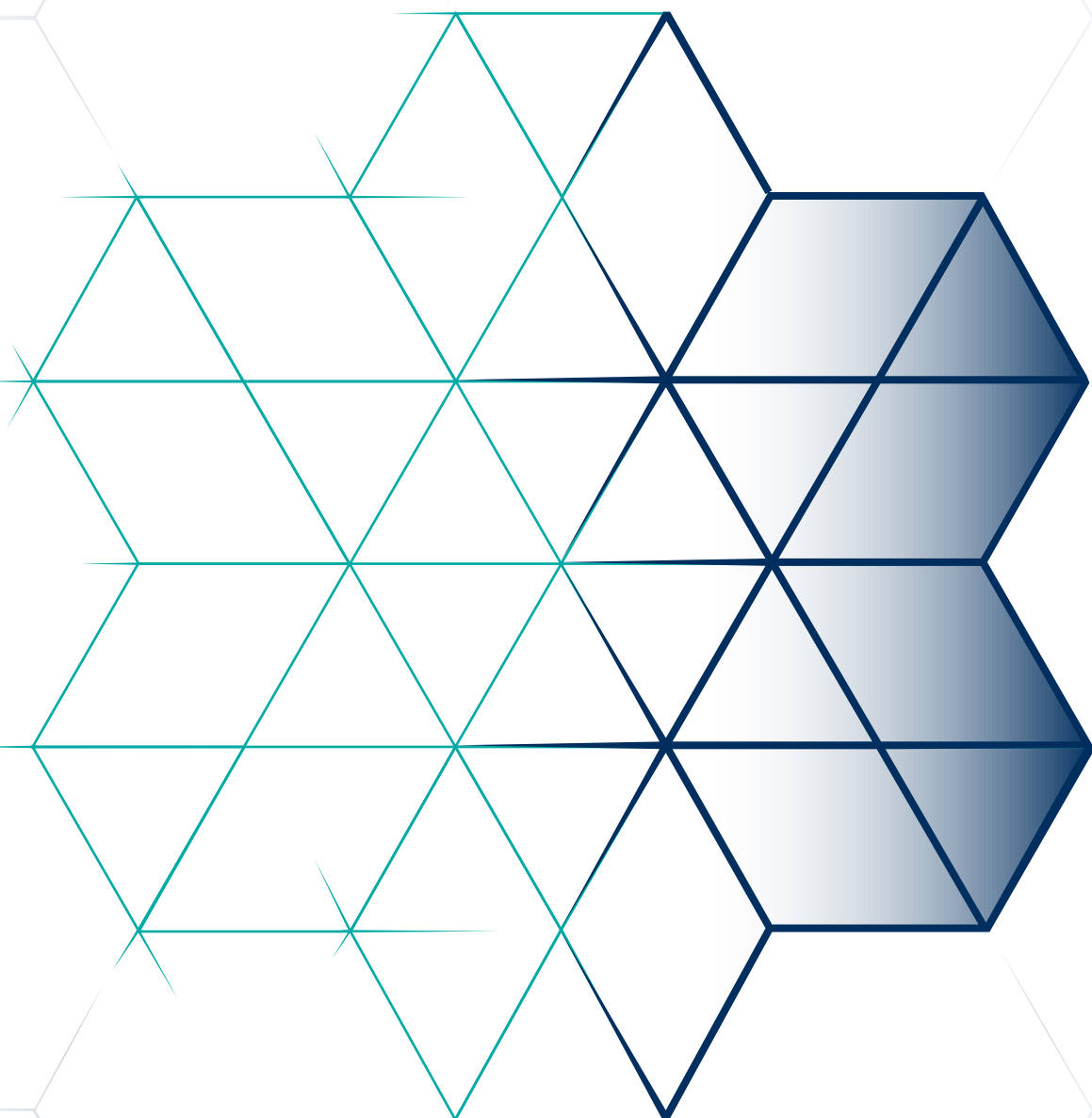


RAE

RELATÓRIO
DE AVALIAÇÃO
DA ESTRATÉGIA



PLANO DE GESTÃO 2017/2019

OUTUBRO DE 2017 A ABRIL DE 2018

INTRODUÇÃO

Nos termos da Resolução nº 29/2015, apresenta-se o Relatório de Análise Estratégica - RAE, que compreende o período de outubro/2017 a abril/2018.

O presente relatório expõe as atividades deste Poder Judiciário e seus resultados alcançados até o momento, com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas para o biênio 2017/2019, e de aprimorar a sua atuação e a sua efetividade.

Há ainda a apresentação de sugestão de ações necessárias, visto que algumas metas encontram-se em situação crítica.

É oportuno elucidar que este instrumento foi elaborado a partir de informações prestadas pelas diversas áreas deste tribunal, bem como dos apontamentos feitos na 2ª RAE, ocorridos em 09 de novembro de 2017.

Este documento traz também o desempenho do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás em relação às Metas Nacionais definidas pelo CNJ para o ano de 2017.

Cabe destacar que todas as ações estão em alinhamento com Plano Estratégico 2015/2020 deste Poder e com as diretrizes do CNJ.



SUMÁRIO

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	4
MAPA ESTRATÉGICO	5
METAS DO PLANO DE GESTÃO 2017/2019	7
META 1	8
META 2	12
META 3	17
META 4	19
META 5	20
META 6	22
META 7	24
META 8	28
META 9	30
META 10	31
META 11	33
META 12	37
META 13	40
META 14	42
META 15	44
META 16	45
META 17	47
META 18	50
QUADRO RESUMO DAS METAS	52
EVOLUÇÃO DAS METAS	53
RESULTADOS DAS METAS NACIONAIS 2017	55
META 1	57
META 2	59
META 4	62
META 5	64
META 6	66
META 8	68
METAS NACIONAIS 2018	71
META 1	72
META 2	72
META 4	72
META 5	72
META 6	72
META 8	73

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

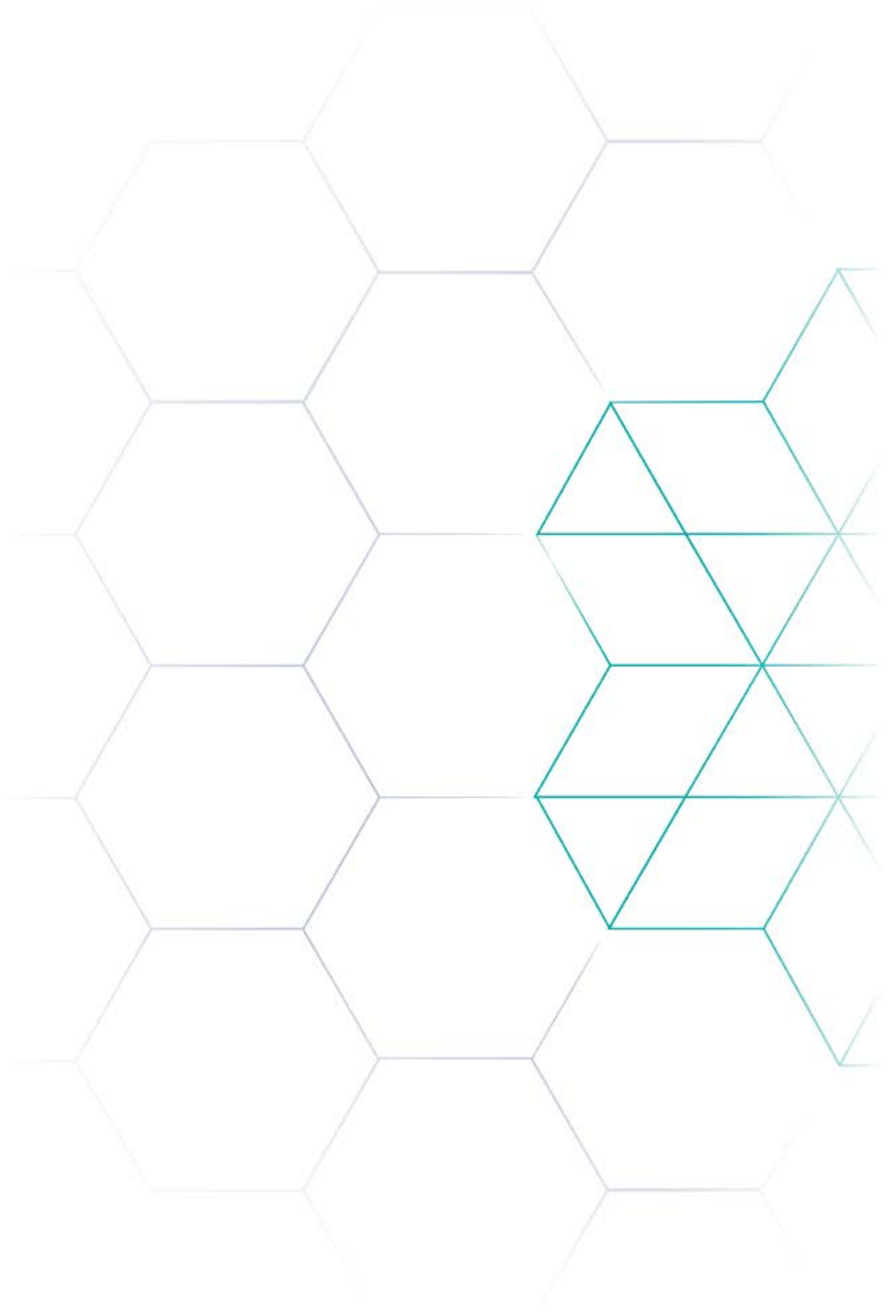
Para avaliação do cumprimento do Plano de Gestão 2017/2019 foram utilizados sinalizadores que constituem um método visual para representar o desempenho ou situação atual das metas estabelecidas.

Quadro de Desempenho		
	Excelente	Resultado ultrapassou o estabelecido
	Ideal	Meta cumprida conforme estabelecido
	Razoável	Meta com desempenho moderado
	Crítica	Meta com desempenho baixo

Desta forma, é possível prever se as ações em execução auxiliarão no cumprimento integral das metas, ou se serão necessárias novas ações com o intuito de impulsionar o respectivo desempenho destas.

MAPA ESTRATÉGICO







RAE RELATÓRIO
DE AVALIAÇÃO
DA ESTRATÉGIA

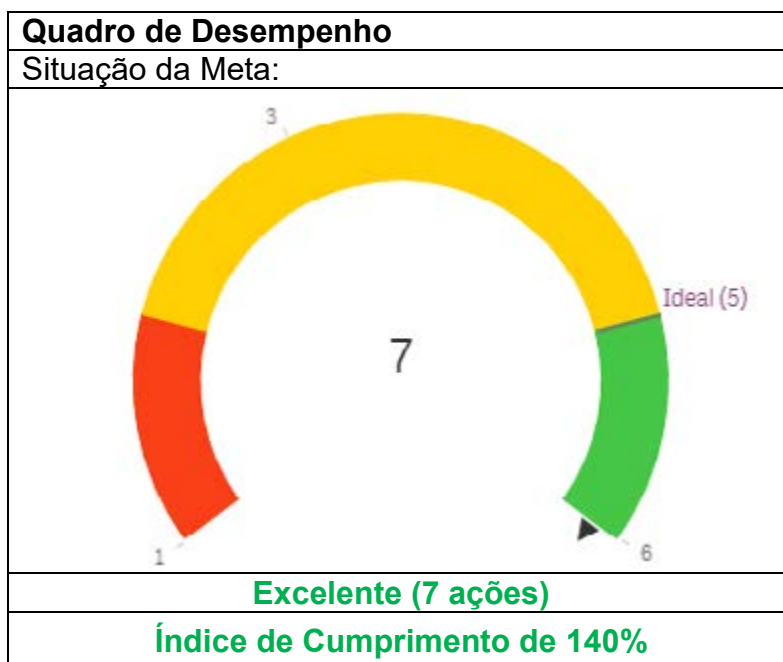
**METAS DO
PLANO DE
GESTÃO
2017/2019**

METAS DO PLANO DE GESTÃO 2017/2019



META 1: REALIZAR 5 AÇÕES QUE VISEM A CONTRIBUIR PARA A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL EM TODO O ESTADO.

RESPONSÁVEL DA META: PRESIDÊNCIA / CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS E SITUAÇÃO:

- Encontros Regionais da Corregedoria-Geral da Justiça
- Programa Acelerar Previdenciário
- Programa Justiça Ativa
- Programa Amparando Filhos – Transformando Realidades com a Comunidade Solidária
- Programa Pai Presente
- Força-Tarefa para Julgamento de Processos de Réus Presos no âmbito do 2º Grau de Jurisdição
- Plantão *Online* 1º e 2º Grau

RESULTADOS:

- **Encontro Regional da Corregedoria-Geral da Justiça:**

- ✓ O primeiro encontro foi realizado no dia 15/09/2017, na Comarca de Rio Verde, abrangendo as comarcas da 5ª região.
- ✓ Já o segundo encontro ocorreu nos dias 23 e 24/11/2017, na Comarca de Uruaçu, abrangendo a 12ª e 13ª regiões.
- ✓ O Terceiro encontro ocorreu nos dias 12 e 13/04/2018, na Comarca de Itaberaí, abrangendo a 8ª região.

- **Resultados parciais do Programa Acelerar Previdenciário**

- ✓ No ano de 2017 o programa atuou nas Comarcas de Aragarças, Iporá, São Miguel do Araguaia, Nova Crixás, Crixás, Santa Terezinha de Goiás, Itapirapuã, Goiás, Itaberaí, Minaçu, Piranhas, Caiapônia, São Luís de Montes Belos, Anicuns, Montes Claros, Jussara, Posse, Iaciara, Alvorada do Norte, Rubiataba, Itapuranga, Jaraguá, Porangatu, Goianésia, Mineiros e Montividiu, sendo apresentados os dados:

Audiências	Sentenças	Decisões	Despachos
6.391	5.546	158	687

- ✓ Em 2018 já ocorreram a edição nas Comarcas de Minaçu, Porangatu, São Miguel do Araguaia, Cidade de Goiás, Itaberaí e Itaguaru.

- **Resultados parciais do Programa Justiça Ativa:**

- ✓ No ano de 2017 foram contempladas as Comarcas de Niquelândia, Padre Bernardo, Porangatu, Aragarças, Caldas Novas, Itapaci, Uruaçu e Águas Lindas, tendo como produto:

Audiências	Sentenças	Decisões	Despachos
3.171	3.113	1.869	3.763

- ✓ Em 2018, nos meses de Janeiro e Fevereiro: realizada triagem nas Comarcas de Porangatu, São Miguel do Araguaia e Campos Belos, para preparação do evento nos meses de abril e maio.
- ✓ A edição já foi realizada nas Comarcas de Valparaíso e Porangatu.

- **Programa Amparando Filhos:**

- ✓ O Programa está em funcionamento em 16 comarcas: Goiânia, Serranópolis, Anápolis, Jataí, Iporá, Luziânia, Israelândia, São Luís dos Montes Belos, Paraúna, Cachoeira Alta, Itumbiara, Aparecida de Goiânia, Piracanjuba, Águas Lindas de Goiás, Acreúna e Rio Verde
- ✓ O Programa foi apresentado ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em Brasília em agosto de 2017.
- ✓ Em 2016 o programa foi vencedor, na categoria Trabalho de Magistrados, do 5º Prêmio AMAERJ – Patrícia Acioli de Direitos Humanos.
- ✓ Em 2017 o Programa recebeu o Prêmio *Innovare*, na categoria Tribunal.
- ✓ Apresentado o Plano de Trabalho do Programa na Comarca de Goiânia, em 9/4/2018. O evento ocorreu no auditório do Fórum Cível, contando com a presença de diversas autoridades e integrantes da rede de proteção.

- **Programa Pai Presente:**

- ✓ Instalado em 100% das comarcas goianas;
- ✓ Em julho/2017 o programa promoveu casamento comunitário, contemplando 70 casais que vivem em união estável, cujos pais reconheceram a paternidade de seus filhos, beneficiando, ainda, pessoas que prestam serviços (terceirizados) ao Poder Judiciário goiano.
- ✓ De janeiro a dezembro/2017, em todo o Estado de Goiás, foram realizadas 6.567 entrevistas, 4.383 procedimentos iniciados, 3.627 procedimentos em andamento, 285 exames de DNA aguardando para realização, 1.449 procedimentos arquivados e 2.367 procedimentos concluídos.
- ✓ A Semana Estadual de Reconhecimento de Paternidade, realizada no período de 02 a 06/10/2017, em 47 comarcas do Estado de Goiás, contou com 342 entrevistas realizadas, 241 procedimento iniciados, 122 exames de DNA aguardando para realização, 76 procedimentos arquivados e 119 procedimentos concluídos.

- **Força-Tarefa para Julgamento de Processos de Réus Presos no âmbito do 2º Grau**

- ✓ Foi destacada para atender ao Ofício nº 0293427-DMF/CNJ do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça, sendo realizado mutirão no período de 01/07/2017 a 30/08/2017.

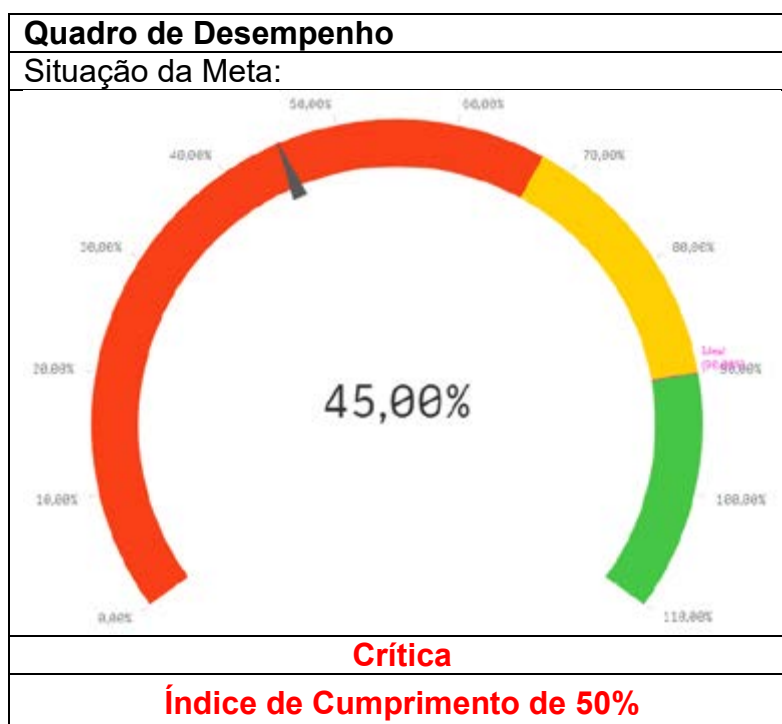
- **Plantão Online 1º e 2º Grau:**

- ✓ Sistema instituído por meio do Decreto Judiciário nº 883/2017, publicado em 28/03/2017;
- ✓ Trouxe como benefício a comodidade de acesso pelas partes, advogados, servidores e magistrados ao processo, em qualquer lugar em que se encontrem, sem que haja a necessidade de deslocamento ao prédio do TJGO ou ao dos Fóruns.
- ✓ No 2º Grau, durante o Recesso Forense 2017/2018, foram protocolizados 350 processos.



META 2: IMPLANTAR NO MÍNIMO 90% DAS AÇÕES RELATIVAS A AQUISIÇÕES SUSTENTÁVEIS E DESCARTE DE RESÍDUOS E BENS INSERVÍVEIS ESTABELECIDAS NO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS 2017/2019.

RESPONSÁVEL DA META: NÚCLEO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL – (NURSA)



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Aquisição sustentável:

- Adotar critérios de aquisições sustentáveis nos contratos celebrados.
- Implantação de Manual de Licitações Sustentáveis (PROAD 53607).
- Capacitação em Contratação em licitações e Contratos Sustentáveis (PROAD 55529).
- Implantação de Sistema de Logística Reversa para os contratos de aquisição de pilhas e afins.
- Reestruturação da Divisão de Compras (PROAD 40328).
- Estudo de Viabilidade de Terceirização da Frota de Veículos (PROAD 55371).

Descarte de Resíduos:

- Consulta acerca da viabilidade de Diretores de Foro firmarem convênio ou termos de cooperação com cooperativas de catadores de material reciclável (PROAD 46968)
- Desenvolver campanhas educacionais, com o objetivo de conscientizar a força de trabalho quanto a necessidade de separação e correto descarte dos resíduos sólidos nas respectivas unidades.
- Promover o treinamento dos colaboradores das empresas terceirizadas responsáveis pela limpeza dos prédios, de modo a realizarem a coleta periódica dos resíduos sólidos a serem destinados para reciclagem e que forem separados pelas unidades administrativas e judiciárias.
- Disponibilizar um espaço físico adequado, preferencialmente no térreo dos prédios do TJ, Fórum Cível e Fórum Criminal da Comarca de Goiânia, para o recebimento e armazenamento dos resíduos destinados à reciclagem, para posterior coleta pela cooperativa ou associação credenciada.

Descarte de Bens Inservíveis:

- Realizar a doação para a Prefeitura Municipal de Goiânia/GO dos bens móveis considerados inservíveis para a administração do Poder Judiciário goiano (PROAD 37103)
- Doação ou alienação de bens móveis inservíveis (PROAD 32141)
- Criar uma comissão de avaliação dos bens móveis inservíveis, a fim de classificar os de valor histórico
- Criar um museu do Poder Judiciário goiano, de forma a disponibilizar à população o acesso à memória histórica deste órgão
- Eliminação de processos de Agravo de Instrumento.
- Projeto Programando o Futuro – Metarreciclagem (PROAD 25909).
- Leilão de Veículos (PROAD 46325)

RESULTADOS:

Aquisição sustentável:

- **Implantação de Sistema de Logística Reversa para os contratos de aquisição de pilhas e afins**
 - ✓ Nas contratações em que é possível a adoção da sistemática da logística reversa, esta já está sendo adotada.

- **Adotar critérios de aquisições sustentáveis nos contratos celebrados**

- ✓ Nas contratações em que é possível a utilização de critérios sustentáveis, estes já estão sendo adotados.

Descarte de Resíduos:

- **Disponibilizar um espaço físico adequado para o recebimento e armazenamento dos resíduos destinados à reciclagem, para posterior coleta pela cooperativa ou associação credenciada.**
 - ✓ No Fórum Cível e Criminal da Comarca de Goiânia/GO já existem contêineres específicos para armazenamento de materiais destinados ao descarte.
- **Desenvolver campanhas educacionais.**
 - ✓ Campanha “Use somente o que você precisa”: Setembro 2017 até o atual momento (adesivos e cartazes).
 - ✓ Campanha “Razões para trocar o copo descartável por uma caneca”: 4º trimestre de 2017.
 - ✓ Campanha “Troque os copos descartáveis por um copo de vidro, caneca ou “squeeze”.

Descarte de Bens Inservíveis:

- **Realizada a doação de 20 (vinte) microcomputadores completos para a Procuradoria-Geral do Município de Goiânia (PROAD Nº 37103).**
- **Doação ou alienação de bens móveis inservíveis (PROAD 32141)**
 - ✓ Publicado, no dia 10/01/2018, o aviso sobre o Edital nº 001/2018, que trata da realização de desfazimento de bens inservíveis ou em desuso pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sob a forma de Doação. Foram disponibilizados equipamentos de informática, mobiliário e outros bens inservíveis. A reunião para classificação e julgamento foi realizada no dia 15 de fevereiro do corrente ano.
 - ✓ O processo foi encaminhado à Diretoria Geral para homologação. Após análise dos autos foi verificado que algumas empresas estavam com a documentação incompleta. Desta forma, o processo licitatório foi homologado parcialmente.
 - ✓ Os autos encontram-se na Divisão de Patrimônio para entrega dos bens às empresas que estão com documentação devidamente regularizada.

- **Criar uma comissão de avaliação dos bens móveis inservíveis, a fim de classificar os de valor histórico.**
 - ✓ Instituído pelo Decreto Judiciário nº 2321/2017 a Comissão Gestora de Implantação do Centro de Memórias do Poder Judiciário de Goiás.

- **Eliminação de processos de Agravo de Instrumento**
 - ✓ Iniciado os trabalhos de descarte dos processos de Agravo de Instrumento da 4ª Câmara Cível

- **Descarte de processos da Comarca de Aparecida de Goiânia**
 - ✓ Realizado no dia 04/04/2017 o descarte seguro de 13.534 mil processos judiciais da 4ª Vara Criminal e do 1º Juizado Especial Criminal. A ação foi organizada pela Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) e contou com o apoio da Secretaria Executiva de Gestão Estratégica (SGE), sob a orientação da Divisão de Gestão Documental da Corregedoria-Geral da Justiça.

- **Leilão de Veículos (PROAD 46325)**
 - ✓ Publicado, no dia 18/12/2017, aviso sobre o Edital nº 052/2017, que trata da realização de Leilão Administrativo, visando à alienação de 82 veículos. Realizado dia 18/01/2018. O processo licitatório está finalizado e foi remetido para Diretoria Geral a fim de homologação.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

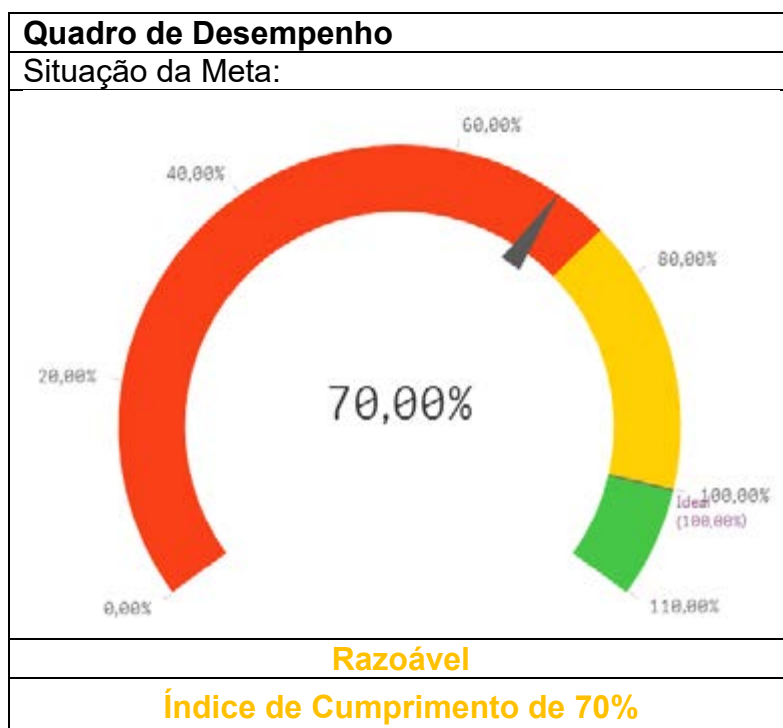
- **Aquisição Sustentável:**
 - ✓ **NURSA** – Prestar as informações solicitadas pela Diretoria Geral para formalizar Implantação do Manual de Licitações Sustentáveis.
 - ✓ **EJUG** – Analisar o pedido de Capacitação em Contratação em Licitações e Contratos Sustentáveis.
 - ✓ **SGE** – Em estudo a reestruturação da Divisão de Compras.

- ✓ **SGE e Diretoria Administrativa** - Iniciar estudo de viabilidade de terceirização da frota. Já consta autuado o PGP sob nº 82621.
- ✓ **NURSA e Diretoria Administrativa** – Impulsionar o estudo sobre a viabilidade de implantação do projeto de lavagem à seco dos veículos.
- **Descarte de Resíduos:**
 - ✓ **PROAD 46968:** Consulta à Diretoria-Geral sobre a possibilidade dos Diretores de Foro das Comarcas do interior celebrarem convênios ou termos de cooperação diretamente com as cooperativas de catadores de material reciclável
 - 1. **O NURSA** - contatar todos os Diretores de Foro a fim de repassar as informações necessárias para formalização das parcerias almejadas, segundo as orientações da Diretoria Geral.
 - 2. **Diretoria Geral e Diretores de Foro** - necessário trabalho em conjunto para dar velocidade na tramitação dos processos de formalização de ajustes necessários no contrato.
 - ✓ **NURSA** – finalizar o levantamento dos prédios que possuem local adequado para descarte e armazenamento temporário de papel e outros materiais recicláveis
 - ✓ **NURSA** – finalizar tratativa com a Diretoria de Engenharia para disponibilizar um local ou contêiner para o adequado armazenamento do material no complexo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Para tanto será necessário aguardar o término da reforma.
- **Descarte de Bens Inservíveis:**
 - ✓ **Comissão de Informatização** – Analisar o Projeto Programando o Futuro – Estação de Metarreciclagem, proposto pela Juíza de Direito Mariana Belisário Schettino Abreu, da Comarca de Valparaíso de Goiás (PROAD 25909).
 - ✓ **Criação do Museu do Poder Judiciário** - Está em andamento o projeto de implantação do Centro de Memórias do Poder Judiciário de Goiás, sendo realizada reuniões com a Universidade Federal de Goiás, com o intuito de firmar termo de cooperação.



META 3: ESTRUTURAR UM GRUPO PARA COORDENAR AÇÕES COM A FINALIDADE DE IMPULSIONAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELATIVOS À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DAR PUBLICIDADE ÀS AÇÕES POR ELE REALIZADAS.

RESPONSÁVEL DA META: Presidência / Corregedoria-Geral da Justiça



INICIATIVA ESTRATÉGICA E SITUAÇÃO:

- Estruturação do Grupo e divulgação dos trabalhos realizados por ele

RESULTADOS:

- Quanto à sugestão de alteração do corpo da meta, foi acolhida e feito os ajuste. Onde se lia “estruturar um grupo de trabalho com a finalidade de impulsionar o julgamento de processos”, passou-se para “estruturar um grupo para coordenar ações com a finalidade de impulsionar o julgamento dos processos”
- Realizada reunião para tratar do combate à Corrupção e Improbidade Administrativa, na Corregedoria-Geral da Justiça, em 12/12/17. Estiveram presentes representantes Poder Judiciário, do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO),

da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Regional e ASMEGO. As principais deliberações tomadas na reunião foram:

- ✓ A possibilidade de criação de uma vara especializada de combate ao crime organizado e à corrupção.
 - ✓ Aumentar o quantitativo da Rede de Apoio e Segurança (RAES).
 - ✓ Promover a integração do Poder Judiciário com o MP-GO e os órgãos de segurança.
-
- Editada pela Corregedoria-Geral da Justiça a Portaria nº 280/2017, que instituiu uma comissão com a finalidade de otimizar as providências necessárias a viabilizar a implantação do Grupo de Estudo para Combate à Corrupção e aos Crimes Organizados, denominada de Comissão de Combate ao Crime Organizado
 - Em reunião ocorrida em 19/2/18, foi enfatizado que a mudança de competência de uma das varas de Goiânia, tornando-a específica para julgar esse tipo de processo, seria uma forma de dar celeridade a essas demandas.

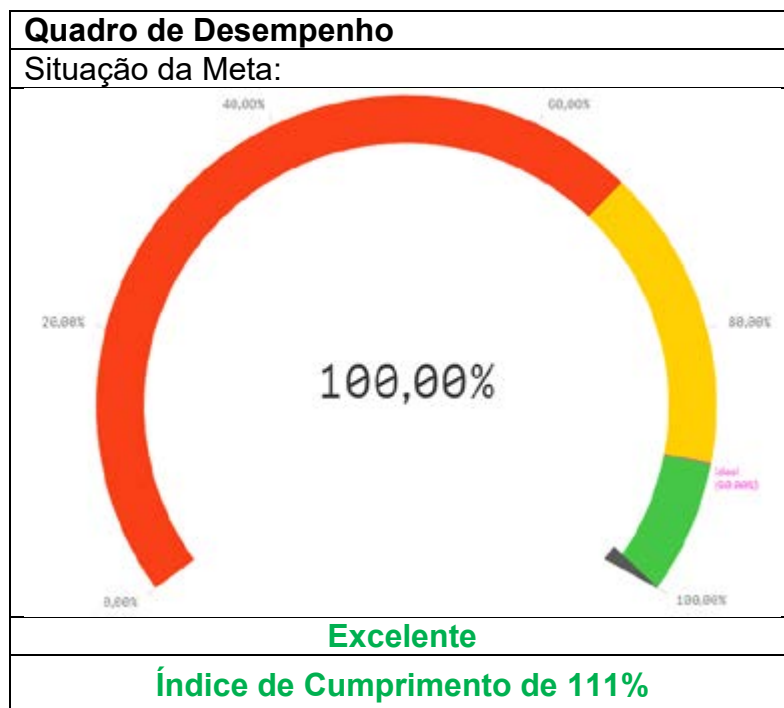
AÇÕES NECESSÁRIAS:

- **CGJ**
 - ✓ Divulgação das ações praticadas pela comissão instituída pela Portaria nº 280/17.
 - ✓ Em tratativas a realização do “**Mês de Julgamento dos Processos de Improbidade**”, prevista para junho/2018.
- **Presidência** - Estudos para proposta de lei que cria vara especializada para processos desta natureza ou alteração de competência de uma das varas da comarca de Goiânia.
- **SGE** - Estudos para implantação Processômetro.



META 4: IMPLANTAR 90% DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DO PODER JUDICIÁRIO NO PROAD ÀS AÇÕES POR ELE REALIZADAS.

RESPONSÁVEL DA META: Diretoria-Geral / SGE - Diretoria da Gestão da Qualidade / Diretoria de Informática



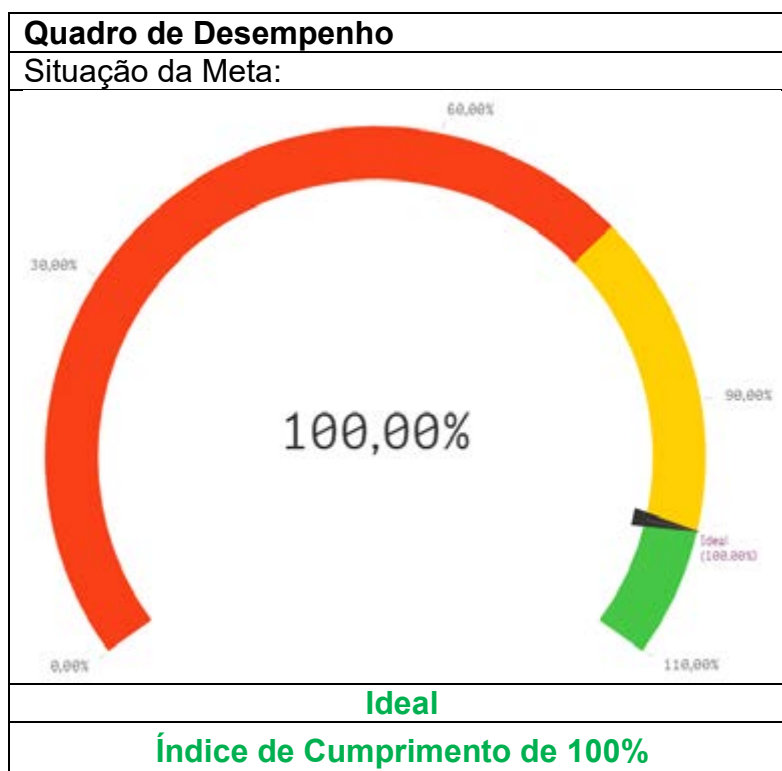
RESULTADOS:

- Finalizada em outubro/2017 a implantação de todos os processos administrativos no sistema PROAD, correspondendo a 263 fluxos processuais cadastrados, atingindo o percentual de 100% de cumprimento, ultrapassando a meta estabelecida para o biênio 2017/2019 de 90%.



META 5: TORNAR A ENTRADA DE PROCESSOS JUDICIAIS, EM 100% DAS COMARCAS DO ESTADO, EXCLUSIVAMENTE EM FORMATO DIGITAL, NAS VARAS CÍVEIS, AMBIENTAIS, FAMÍLIA, FAZENDAS PÚBLICAS E JUIZADOS ESPECIAIS.

RESPONSÁVEL DA META: Presidência / Corregedoria-Geral da Justiça / Comissão de Informatização do TJGO



INICIATIVA ESTRATÉGICA E SITUAÇÃO:

- Plano de capacitação - Sistema de Processo Judicial Digital

RESULTADOS:

- Finalizada a implantação do PJD em todas as Comarcas do Interior do Estado, nos termos do Ofício Circular nº 14/2017/GABPRES.
- Concluído o treinamento das comarcas no Sistema PJD, conforme cronograma estipulado pela Escola Judicial.
 - ✓ 1ª Etapa: 25/05/17; capacitados 77 servidores das 35 comarcas do Anexo I do Ofício Circular nº 14/2017/GABPRES.

- ✓ 2ª Etapa: 22/08/17; capacitados 55 servidores das 35 comarcas do Anexo II do Ofício Circular nº 14/2017/GABPRES.
- ✓ 3ª Etapa: 7 e 9/11/2017; capacitados 87 servidores das 55 comarcas do Anexo III do Ofício Circular nº 14/2017/GABPRES.
- Capacitação realizada nos encontros regionais por meio da CGJGO em parceria com a EJUG.
 - ✓ Em Uruaçu 12º e 13º regiões 20 servidores capacitados.
 - ✓ Rio verde 5º região 16 servidores capacitados.
 - ✓ Itaberaí 8º região 17 servidores capacitados.
- Causas de natureza cível da Auditoria Militar de Goiás: ajuizamento passou a ser realizado exclusivamente em formato digital no Sistema do Processo Judicial Digital (PJD), desde 21/08/2017.
- Causas de natureza cível e criminal dos Juizados da Infância e da Juventude: o protocolo de novos feitos passou a ser realizado somente em formato digital no Sistema do Processo Judicial Digital (PJD), a partir de 04/09/2017.
- PROAD 42384 - Este processo trata de contratação de serviço de link de dados WAN, sendo realizada licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, nos dias 18 e 19/1/2018. A Diretoria Geral já analisou o parecer apresentado pelo pregoeiro (evento 82), em razão de recursos interpostos nos autos e homologou o resultado obtido.

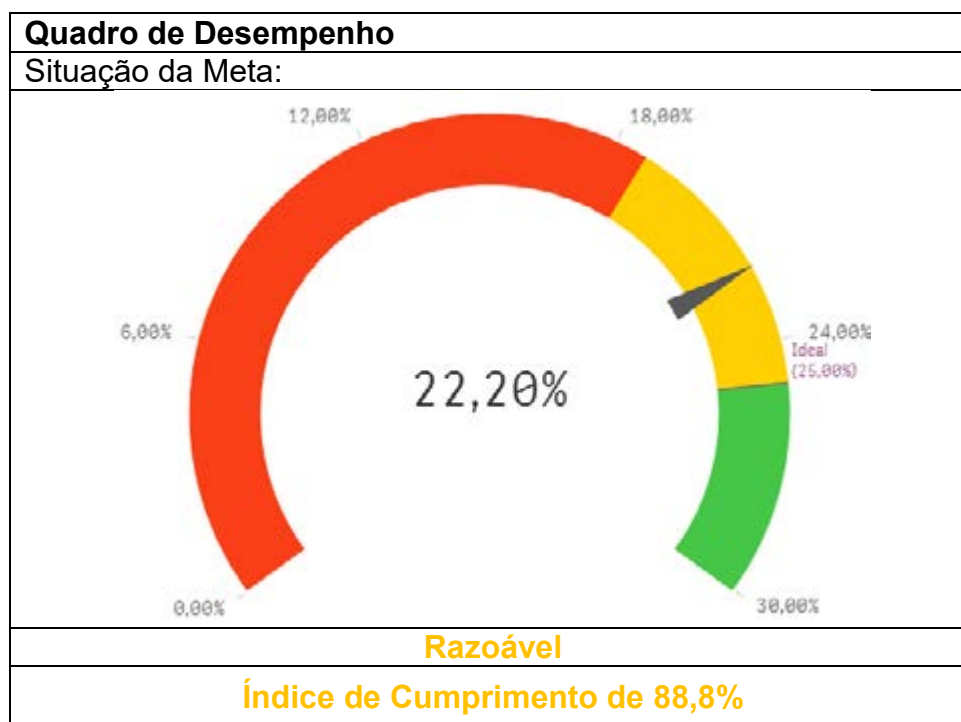
AÇÕES NECESSÁRIAS:

- **Diretoria Geral – quanto ao PROAD nº 42384**, processo aguardando providências da Assessoria Jurídica para formalização do ajuste, destacando que ocorreu um processo licitatório em janeiro/2018; teve recursos, os quais foram processados e analisados, encontrando-se, na fase atual, fluindo o prazo recursal.



META 6: DIGITALIZAR 25% DO ACERVO TOTAL DE PROCESSOS FÍSICOS DE NATUREZAS CÍVEIS, AMBIENTAIS, FAZENDAS PÚBLICAS E FAMÍLIA DAS COMARCAS DO ESTADO DE GOIÁS.

RESPONSÁVEL DA META: Presidência / Corregedoria-Geral da Justiça / Comissão de Informatização do TJGO



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

- Conclusão da Digitalização de Processos Cíveis, Ambientais, Fazendas Públicas e Família.

RESULTADOS:

- Até o momento levando em consideração o período de 01/02/2017 até 18/04/2018 foram digitalizados e disponibilizados no PJD 125.285 processos (Comarcas de Goiânia e Anápolis).
- A Digitalização da comarca de Goiânia foi concluída em outubro/2017.
- Por determinação da Presidência, em novembro/2017, foi iniciada a digitalização dos processos do 2º Grau.

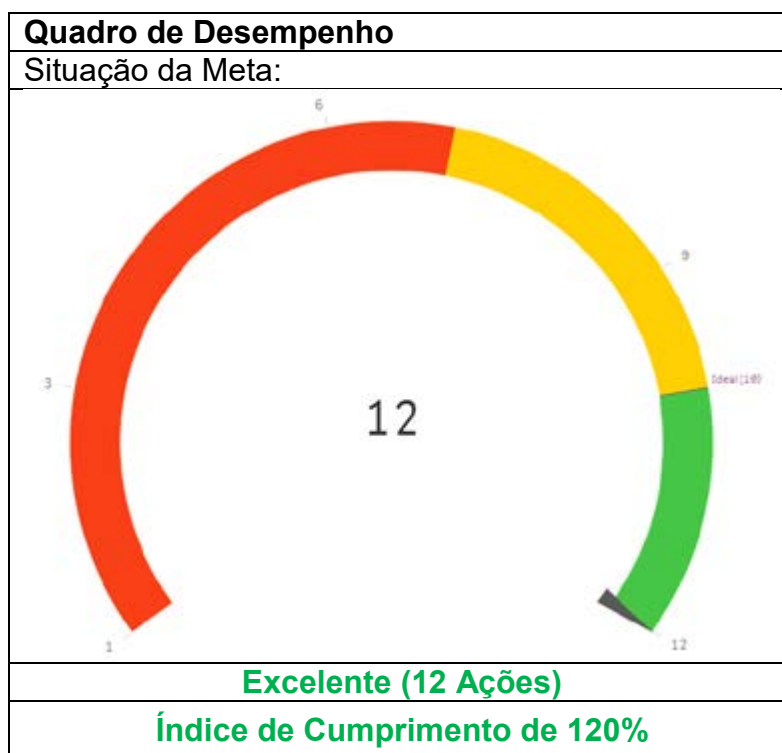
- Iniciou-se em agosto/2017 a digitalização dos processos físicos dos Juizados da Infância e da Juventude e posteriormente dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

- **Comarca de Aparecida:** iniciado em 5/3/18 a digitalização.

META 7: REALIZAR 10 AÇÕES QUE VISEM À REDUÇÃO DA TAXA DE CONGESTIONAMENTO.

RESPONSÁVEL DA META: Presidência / Corregedoria-Geral da Justiça / Diretorias de Foro



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

- Programa Justiça Ativa
- Programa Acelerar Previdenciário
- Programa de Assistência e Orientação às Atividades Forenses
- Divisão de Atividade Específica da CGJGO (Grupo de Sentenças)
- Força-Tarefa do 1º Grau e 2º Grau para julgamento de processos com presos provisórios
- Projeto de Melhoria da Gestão Processual da 1ª Vara de Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos da Comarca de Goiânia
- Atuação dos CEJUSCS do 1º Grau e CEJUSC do 2º Grau
- Trabalho Voluntário nos Gabinetes e Escrivanias da Comarca de Goiânia
- Semana Nacional de Conciliação - novembro
- Implantação de Força-Tarefa para auxílio na 1ª e 2ª VEP
- Dia Estadual de Julgamentos Colegiados
- Atuação frente às Metas ENASP
- Projeto de Julgamento de Processo dos Juizados Especiais Cíveis

RESULTADOS:

- **Programa Justiça Ativa**

- ✓ Apresentados resultados parciais na Meta 1 do Plano de Gestão 2017/2019.

- **Programa Acelerar Previdenciário**

- ✓ Apresentados resultados parciais na Meta 1 do Plano de Gestão 2017/2019

- **Programa de Assistência e Orientação às Atividades Forenses**

- ✓ A equipe da CGJGO, no período de fevereiro a dezembro/2017, atuou nas Comarcas de Anápolis, Jataí, Rio Verde, Aparecida de Goiânia, Planaltina de Goiás e Goiânia - 2ª Vara de Família e Sucessões.
- ✓ Para o mês nacional do júri (novembro) foram auxiliadas 22 comarcas.

- **Divisão de Atividade Específica da CGJGO (Grupo de Sentenças)**

- ✓ De fevereiro a dezembro de 2017, a equipe da CGJGO prestou assistência a 15 comarcas do Estado de Goiás. E o apoio contínuo a 1ª Vara de Fazenda Pública Municipal da Comarca de Goiânia.

- **Força-Tarefa do 2º Grau para julgamento de presos provisórios**

- ✓ Mutirão de atividades para julgamento dos processos criminais em 2º Grau de Jurisdição, no período de 01/07/17 a 30/08/17, a fim de atender ao Ofício nº 0293427-DMF/CNJ do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça.
- ✓ Deu-se início, em 2/4/2018, a 2ª edição do mutirão, que atenderá os 1º e 2º Graus de Jurisdição, tendo em vista o relatório emitido pelo CNJ após o cadastramento de todos os presos do Estado de Goiás no BNMP, revelando que no 1º Grau há 1836 registros de presos provisórios há mais de 180 dias e no 2º Grau o registro é de 74 presos provisórios. Os trabalhos serão desenvolvidos até 30/5/2018.

- **Projeto de Melhoria da Gestão Processual da 1ª Vara de Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos da Comarca de Goiânia**
 - ✓ O projeto está em execução com o apoio da Secretaria de Gestão Estratégica, por meio da Divisão de Apoio a Projetos Estratégicos e do Escritório de Projetos.

- **Atuação dos CEJUSCS do 1º Grau e CEJUSC do 2º Grau**
 - ✓ Inaugurado o CEJUSC do 2º Grau – Centro Judiciário de Solução de Conflitos em 2º grau, em 19/06/2017.
 - ✓ A Inauguração dos demais CEJUSCS de 1º Grau consta dos dados da Meta 8.

- **Trabalho Voluntário nos Gabinetes e Escrivancias da Comarca de Goiânia**
 - ✓ Coordenado pela CGJ e Diretoria do Foro de Goiânia.
 - ✓ Publicado o Decreto nº 1.445/2017, no dia 20 de junho de 2017, que dispõe sobre o serviço voluntário no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás.
 - ✓ A Portaria nº 435/16 da Diretoria do Foro da Comarca de Goiânia regulamentou o serviço voluntário naquela unidade judiciária.
 - ✓ Via Portaria nº 23/16 a Diretoria do Foro da Comarca de Acreúna institui o serviço voluntário na referida comarca.
 - ✓ A Comarca de Caldas Novas abriu inscrição para o serviço voluntário, nos termos do Decreto Judiciário nº 1.445/17.
 - ✓ Publicado o Edital 001, de 29.8.17 a Diretoria do Foro da Comarca de Mozarlândia abriu inscrições para a realização do trabalho voluntário.

- **Semana Nacional de Conciliação**
 - ✓ Realizada no período de 27/11/17 a 1º/12/17.
 - ✓ O TJGO recebeu o Prêmio Conciliar é Legal, por estar entre os tribunais que mais fizeram acordo durante a Semana Nacional de Conciliação, ocorrida em 2017.

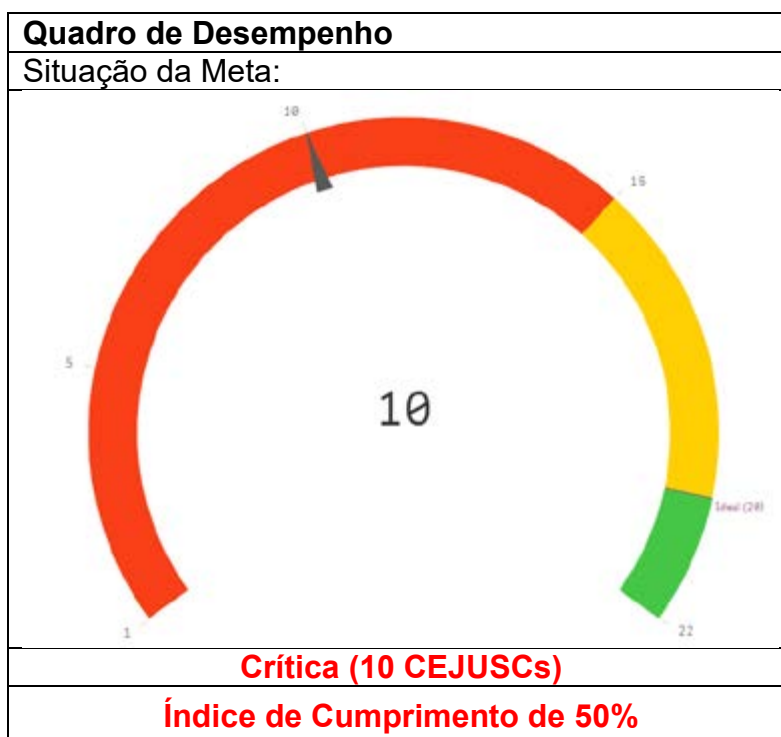
- **Implantação de Força-Tarefa para auxílio nas Varas de Execução Penal da comarca de Goiânia**
 - ✓ Realizados mutirões nas 1ª e 2ª VEP, objetivou a juntada de petições, realização de cálculos penais, liquidação de penas, definição das datas dos benefícios dos presos e, ainda, promoção de audiências de justificação de falta grave, realização de cálculo, com movimentação de mais de 4 mil processos, sendo realizadas aproximadamente 500 audiências e 1.3 mil atos praticados. Contou com a participação de 15 magistrados, além de servidores da Corregedoria, Diretoria do Foro da Comarca de Goiânia.
- **Dia Estadual de Julgamentos Colegiados**
 - ✓ Realizado, no dia 10/12/2017, pela CGJGO, o evento alcançou o resultado de 1255 processos das Turmas Recursais julgados, em todo o estado.
- **Atuação frente às Metas ENASP (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública)**
 - ✓ Realizado o Mês Nacional do Júri, em novembro/2017, envolvendo a atuação de magistrados e promotores de justiça de todo o Estado para julgar o maior número possível de processos referentes aos crimes dolosos contra a vida.
 - ✓ Foram pautados 179 sessões de júris, tendo como resultado 102 condenações, 40 absolvições, 9 desclassificações e 4 prescrições.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

- **SGE** - Consolidar os dados obtidos na ultima edição da Semana Nacional de Conciliação, objetivando identificar e monitorar os processos dos respectivos acordos realizados, a fim de analisar o impacto na taxa de congestionamento.
- **CGJ** – Definir data para a realização do evento Julgamento de Processo dos Juizados Especiais Cíveis.

META 8: INSTALAR 20 CEJUSCS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS.

RESPONSÁVEL DA META: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC)



INICIATIVA ESTRATÉGICA

- Instalação de 20 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCS

RESULTADOS:

- **Foram instalados 9 (nove) CEJUSCS no Estado de Goiás em 2017:**
 - ✓ Comarca de Iporá: CEJUSC instalado em 21/3/2017.
 - ✓ Comarca de Jandaia: CEJUSC instalado em 17/5/2017.
 - ✓ Comarca de Morrinhos: CEJUSC instalado em 26/5/2017.
 - ✓ Comarca de Bela Vista de Goiás: CEJUSC instalado em 09/06/2017.
 - ✓ Comarca de Buriti Alegre: CEJUSC instalado em 18/8/2017.
 - ✓ Comarca de Silvânia: CEJUSC instalado em 29/9/2017.
 - ✓ Comarca de Alexânia: CEJUSC instalado em 7/11/2017.
 - ✓ Comarca de Goiânia: CEJUSC PROCON Goiás instalado em 19/05/2017.
 - ✓ Comarca de Goiânia: 1º CEJUSC de 2º Grau instalado em 19/06/2017.

- **Instalado em 2018:**

- ✓ Comarca de Orizona: CEJUSC instalado em 6/4/2018.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

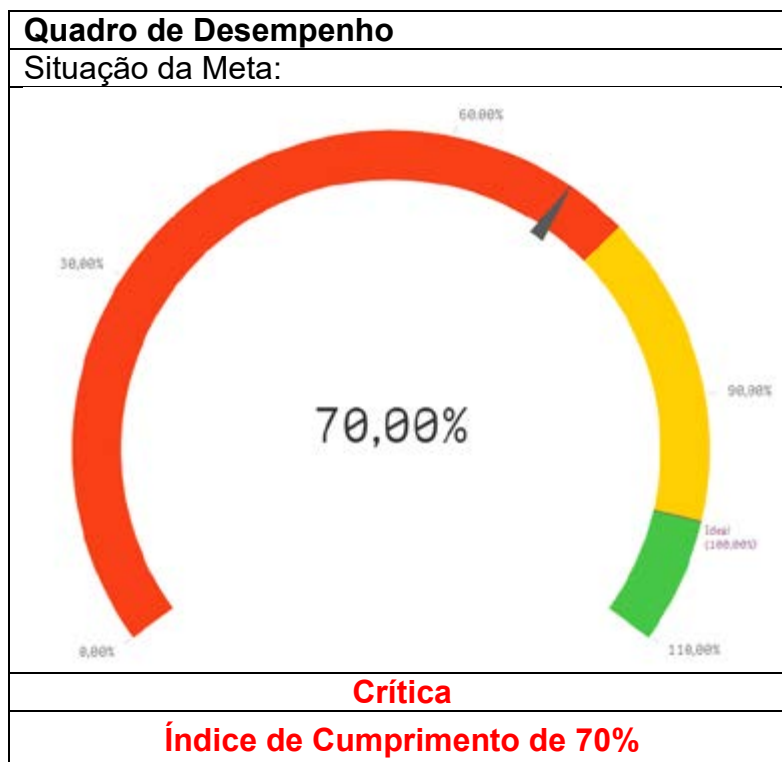
Diretoria-Geral - Processos de Termos de Cooperação referentes às instalações dos CEJUSCS nas diversas comarcas do Estado:

- ✓ 32316 - Instalação do CEJUSC Comarca de Piranhas
- ✓ 37527 - Instalação do CEJUSC Comarca de Cocalzinho de Goiás
- ✓ 67393 - Instalação do CEJUSC Comarca de caldas novas parceria com o PROCON
- ✓ 38680 - Instalação do CEJUSC Comarca de Anápolis parceria com o PROCON
- ✓ 67387 - Convênio entre TJGO e faculdade Alfa de Caldas Novas
- ✓ 33072 - Instalação do CEJUSC Comarca de Caiapônia
- ✓ 53681 - Instalação do CEJUSC Comarca de Hidrolândia
- ✓ 56510 - Instalação do CEJUSC Comarca de Campinorte



META 9: DESENVOLVER E IMPLANTAR SISTEMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO QUE VISE AO MONITORAMENTO SISTEMÁTICO DOS ASSUNTOS REPETITIVOS E GRANDES LITIGANTES.

RESPONSÁVEL DA META: SGE - Diretoria de Gestão da Informação



RESULTADO:

- Desenvolvida a metodologia de implantação do sistema.

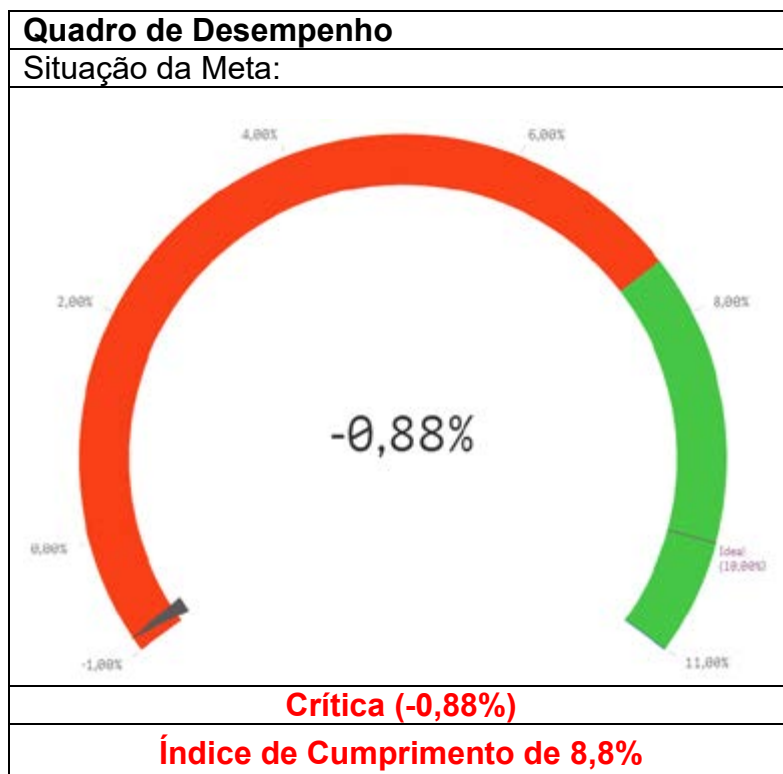
AÇÕES NECESSÁRIAS:

- Diretoria de Gestão da Informação da SGE – dar continuidade ao trabalho de desenvolvimento do sistema.



META 10: REDUZIR EM 10% O ACERVO DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE GOIÂNIA.

RESPONSÁVEL DA META: Diretoria do Foro / SGE



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS DA META:

- Projeto de Melhoria da Gestão Processual da 1ª Vara de Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos da Comarca de Goiânia

RESULTADOS:

- Suporte pela Divisão de Apoio aos Projetos Estratégicos e Escritório de Projetos da SGE, ao Juiz Titular da Vara, Dr. Felipe Vaz de Queiroz, com o apoio da Diretoria de Informática.
- No mês de novembro de 2017, a equipe da Divisão de Apoio aos Projetos Estratégicos e Escritório de Projetos da SGE, em auxílio na respectiva vara, promoveu a baixa de 7000 mil processos.

- O 7º CEJUSC, em parceria com a Prefeitura de Goiânia, participou da Semana Nacional de Conciliação, trazendo os seguintes resultados:

PREFEITURA DE GOIÂNIA – PROCESSUAL + PRÉ-PROCESSUAL	
Audiências realizadas /Acordos	Valor Arrecadado
11544	R\$ 4.411.300,44

- Relevante destacar a edição da Lei Complementar nº 307/2017, alterando o valor de alçada para o ajuizamento das ações de execuções fiscais para R\$ 1.426,00 (um mil e quatrocentos e vinte e seis reais), ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a reajustar aludido valor via Decreto.

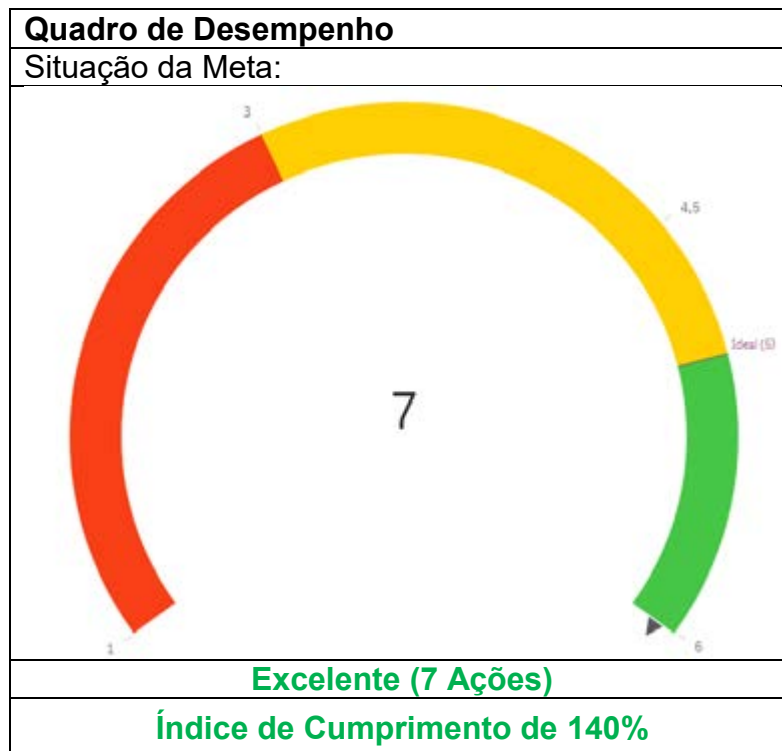
AÇÕES NECESSÁRIAS:

- Ainda persiste a necessidade de promover, por meio da Diretoria de Informática, adequação do sistema do Processo Judicial Digital – PJD nas seguintes funcionalidades:
 - ✓ Classificação de perfil por valor
 - ✓ Aumento da capacidade de movimentação em lote entre a vara e o 7º CEJUSC
 - ✓ Busca/classificação de processos pelo campo movimentação
 - ✓ Emissão automática de certidão narrativa
 - ✓ Amoldar o webservices entre o TJGO e Prefeitura de Goiânia (validação das partes)
- **Diretoria de Informática** - comprometeu-se a concluir os trabalhos pertinentes a este projeto até o mês de junho, o que será executado pela Fábrica de Software contratada.
- Após concluídas as adequações será verificado junto à Divisão de Apoio a Execução de Projetos Estratégicos a possibilidade de realização de mutirão digital, por meio do Programa Justiça Ativa.



META 11: APRIMORAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE 5 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS.

RESPONSÁVEL DA META: Presidência / Corregedoria Geral da Justiça / GMF – Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

- Atuação frente às Metas ENASP
- Implantação do Processo Judicial Digital Criminal e Digitalização dos Processos Físicos
- Semana Nacional – Justiça pela Paz em Casa
- Reestruturação da Gerência de Cidadania do NUPEMEC
- Projeto Rede Mulher em Paz – Transformando a vida de vítimas e ofensores da violência doméstica em busca da paz
- Projeto Maria da Penha vai à escola
- Implantação de Força-Tarefa para auxílio nas 1ª e 2ª Vara de Execução Penal na Comarca de Goiânia
- Projeto BNMP – Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – 1º e 2º Graus

RESULTADOS:

- **Realizadas as VII, VIII, IX e X Semana Nacional da Justiça pela Paz em casa**
 - ✓ Sob a coordenação da Coordenadoria Estadual da Mulher, objetivando o combate e prevenção a todas as formas de violência contra as mulheres por meio de palestras, atendimentos psicológicos, caminhadas, audiências e julgamentos de processos.
- **Projeto Rede Mulher em Paz**
 - ✓ O projeto idealizado pelo Juiz Rodrigo de Castro Ferreira, que ficou em 1º Lugar no Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos da AMAERJ, em 06 de novembro de 2017.
 - ✓ A iniciativa visa devolver a autoestima às vítimas de violência doméstica por meio da atuação em 4 frentes: prevenção, acolhimento, proteção e empoderamento feminino.
 - ✓ Consta em tramitação os autos 67691, que tratam de pedido de institucionalização do referido programa no âmbito do Poder Judiciário goiano, formulado pela Coordenadoria Estadual da Mulher.
- **Reestruturação da Gerência de Cidadania do NUPEMEC**
 - ✓ Sendo Coordenada pela Juíza Camila Nina Erbetta Nascimento (Decreto Judiciário nº 2.058/2017), tem por objetivo atuar em duas frentes: a conciliação e mediação nas áreas cível e de família e a Justiça Restaurativa na esfera criminal.
 - ✓ Justiça Restaurativa na Comarca de Luziânia desde novembro/2016.
 - ✓ Projeto Oficina Terapêutica: objetiva mostrar ao agressor o grau de reprovabilidade do fato ocorrido. O agressor é submetido a doze oficinas terapêuticas, sendo, num primeiro momento, durante a oficina, diagnosticado o perfil psicológico de cada participante.
 - ✓ Projeto Grupo Reflexivo: tem por objetivo conscientizar os agressores incursos na Lei Maria da Penha, a fim de evitar a reincidência.
- **PJD nas Varas Criminais**
 - ✓ A partir de 04 de setembro de 2017, os processos criminais dos Juizados da Infância e da Juventude passaram a ser protocolados somente em meio eletrônico.

- **Meta ENASP**

- ✓ Descrito na Meta 7 do Plano de Gestão 2017/2019.

- **Assinados dois Termos de Cooperação entre o TJGO e a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás (SSPAP)**

- ✓ Em agosto de 2017, visando regulamentar a realização do Censo Carcerário e os procedimentos de controle de apreensão, armazenamento e destinação de armas de fogo.

- **Implantação de Força-Tarefa para auxílio na 1ª e 2ª Vara de Execução Penal na Comarca de Goiânia:**

- ✓ Descrito na Meta 7 do Plano de Gestão 2017/2019.

- **Projeto BNMP – Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, no 1º e no 2º Graus:**

- ✓ Consiste na atualização do Banco Nacional de Monitoramento de Prisão, a fim de constar dados de todos os presos em cumprimento de pena no regime fechado e semiaberto, assim como o cadastramento de todos os presos provisórios do Estado de Goiás, no âmbito do 1º e 2º Grau.
- ✓ A Força-tarefa mobilizou, no período de 60 dias, mais de 40 servidores do estado, que atuaram nos processos de execução penal, provisórios, foragidos, procurados e em liberdade condicional.
- ✓ Segundo dados levantados, em 2/3/2018, foram cadastrados 15.994 presos sentenciados e provisórios, de um universo de 16.511.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

- **Presidência e SGE** - Processo que trata da institucionalização do Programa Rede Mulher, tendo em vista o interesse das Comarcas de Goiatuba, Posse e Quirinópolis.

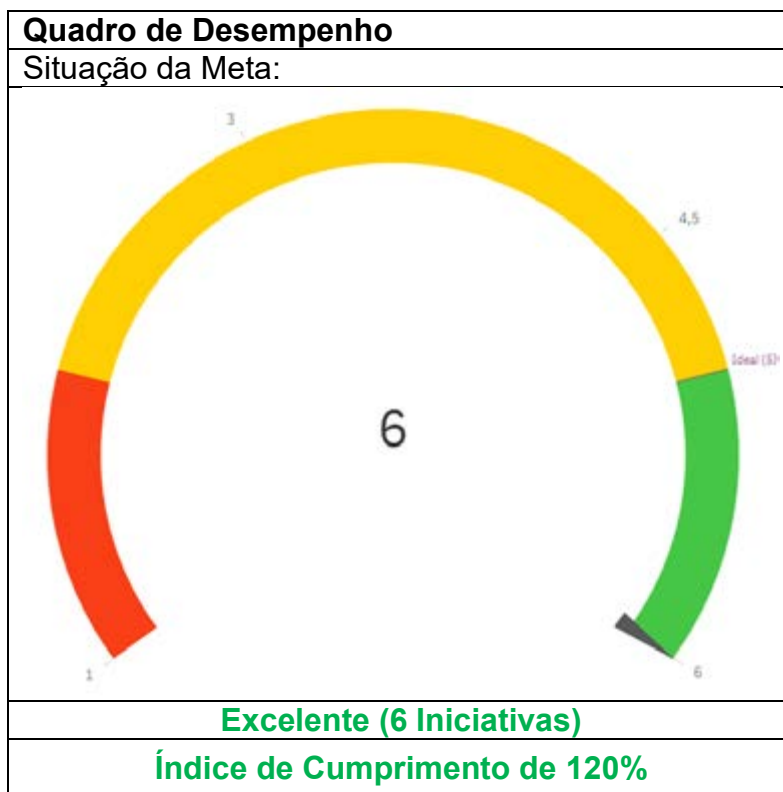
- **Projeto Maria da Penha vai à escola**

- ✓ O projeto está em fase de elaboração
- ✓ Editado Decreto nº 082/2018, que institui a Comissão Gestora para implantação de um projeto que levará a Lei Maria da Penha para o âmbito escolar.
- ✓ Em 9/2/18, integrantes da comissão estiveram em Brasília para conhecerem mais sobre a iniciativa.



META 12: REALIZAR 5 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS QUE VISEM A BENEFICIAR A SAÚDE E A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES.

RESPONSÁVEL DA META: Diretoria-Geral / Centro de Saúde



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

- Implantação do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, instituído pela Resolução nº 66/2016 do TJGO
- Programa Bem Viver
- Programa de Saúde Ocupacional
- Reconhece RH
- Pagamento da URV
- Reajuste do Auxílio Alimentação

RESULTADOS:

- **SESMT**
 - ✓ PROAD 38603 – Autorizada a disposição de dois servidores efetivos da Prefeitura de Goiânia para atuarem no Centro de Saúde/SESMT.

- **Programa Bem Viver**

- ✓ Dia Internacional da Mulher
- ✓ Dia das Mães.
- ✓ Festa Junina, evento beneficente realizado no dia 23/06, contou com aproximadamente 800 participantes na área externa do Fórum Cível, cuja renda auferida foi revertida a 5 (cinco) instituições de caridade.
- ✓ Dia dos Pais, evento foi realizado nos dias 11/08/2017, no estacionamento do Fórum Criminal, e 18/08/2017, no estacionamento do Tribunal de Justiça;
- ✓ Semana do Servidor: em homenagem ao dia do servidor celebrado em 28/10/2017, o TJGO em parceria com o SINDJUSTIÇA e outras entidades, promoveu programação especial: dia 25/10 na sede do TJGO, dia 26/10, no Fórum Criminal, e no dia 27/10 no Fórum Cível. Os servidores tiveram acesso à feira gastronômica, *workshops* e oficina de reciclagem com foco em produção de puffs de garrafas pet, com instrutor da Agência Municipal do Meio Ambiente – AMMA.
- ✓ Natal Solidário – Um ato de amar, um gesto de carinho.
- ✓ Páscoa Solidária

- **Programa de Saúde Ocupacional**

- ✓ Campanhas de vacinação
- ✓ Inauguração da Unidade de Saúde no Fórum Cível de Goiânia - ocorrida em 29/06/17, a unidade está localizada no subsolo do referido fórum, sendo realizados, além dos atendimentos emergenciais, os atendimentos clínicos laboratoriais e pré-agendados.
- ✓ Readequação das funções assistenciais e periciais da Junta Médica do Poder Judiciário.
- ✓ Disponibilizado atendimentos psicológicos e grupos terapêuticos aos servidores.
- ✓ Disponibilizado para Magistrados e servidores atendimento dos Médicos Peritos, em cumprimento a carga horária, nas especialidades: clínico geral, neuropsiquiatria, ortopedia, pediatria, cirurgia vascular, endocrinologia, pneumologia e ginecologia. Os atendimentos ocorrem no Fórum Cível desde junho de 2017.
- ✓ Criação da Unidade de Atendimento às situações Emergenciais de saúde no Fórum Heitor Moraes Fleury.

- **Pagamento da URV (conversão do Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor):**

- ✓ Mais de 6 mil servidores receberam o pagamento das diferenças apuradas na conversão dos vencimentos em URV, do período de 1994 a 2005. O pagamento

para servidores será feito em 100 parcelas, enquanto que para magistrados será em 130, tendo iniciado na folha de pagamento do mês de maio/2017.

- **Reajuste do Auxílio-Alimentação**

- ✓ O reajuste do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Judiciário goiano foi aprovado pela Corte Especial do TJGO no dia 27/09/2017.

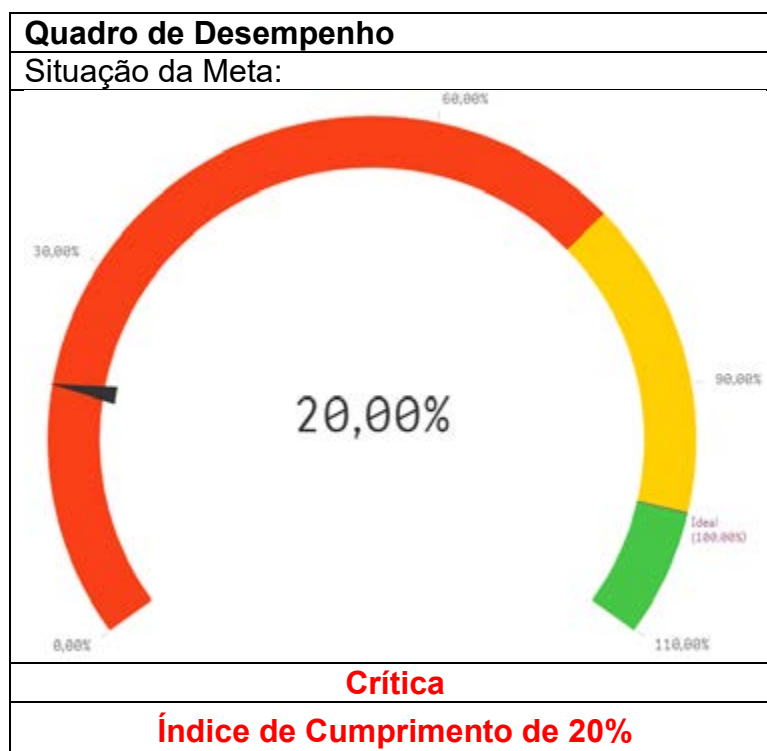
AÇÕES NECESSÁRIAS:

- **Quanto ao SESMT** consta o PROAD 32827 (aquisição de equipamentos de saúde e segurança para realização das atividades do SESMT) – encontra-se na Divisão de Compras para nova pesquisa mercado.



META 13: REESTRUTURAR AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA-GERAL DO TJGO.

RESPONSÁVEL DA META: Presidência / Diretoria-Geral / Secretaria de Gestão Estratégica



RESULTADOS:

- Reestruturação das unidades da Diretoria de Recursos Humanos, com a extinção do Núcleo de Alocação, Avaliação e Acompanhamento de Pessoal e da Divisão de Atendimento ao Servidor e criação da Divisão de Alocação e Atendimento ao Servidor, conforme Decreto Judiciário nº 1264/2017.
- Recomposto o Conselho Setorial de Política Salarial do Poder Judiciário do Estado de Goiás pelo Decreto Judiciário nº 588/2017.
- Edição do Decreto nº 932/2017, que extingue a Divisão de Apoio ao Interior e cria a Divisão de Apoio à Execução de Projetos Estratégicos. Além de reestruturar a Coordenadoria da Infância e da Juventude, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e de Execução Penal.

- Edição dos Decretos Judiciários nº 1.850/2017 e 2.417/2017, que, respectivamente, inclui, no âmbito do Poder Judiciário goiano, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário como órgão colegiado de Assessoria da Presidência do TJGO e extingue a Secretaria de Monitoramento e Fiscalização de Liberdades.
- Edição dos Decretos Judiciários nºs 1.728 e 2.296/2017, que reestruturam o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e o Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental.
- Pela edição do Decreto nº 405/2018 foi instituído o Grupo de Trabalho para estudos sobre a Resolução 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus.
 - ✓ O mencionado grupo reuniu-se periodicamente para estudo da resolução e desenvolvimento de módulo no Sistema SGE Transparência, a fim de dar cumprimento aos comandos da supradita resolução.
 - ✓ Iniciado ciclo de reuniões com representantes do Poder Judiciário goiano visando ao debate sobre a melhor forma de aplicação do ato normativo.

AÇÕES NECESSÁRIAS:

- Está em estudo pelo referido conselho a reformulação administrativa das unidades deste Tribunal de Justiça.
- **SGE** – finalizar estudo da reestruturação da Divisão de Gerenciamento do PJD (PROAD Nº 81580).
- Alterar o glossário da meta, visto que não será realizada a alteração completa do Decreto Judiciário nº 2830/2014. Serão realizadas apenas alterações pontuais, conforme relacionadas acima.



META 14: ELABORAR E APROVAR A PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E DE CARREIRA DO PODER JUDICIÁRIO GOIANO.

RESPONSÁVEL DA META: Presidência



RESULTADOS:

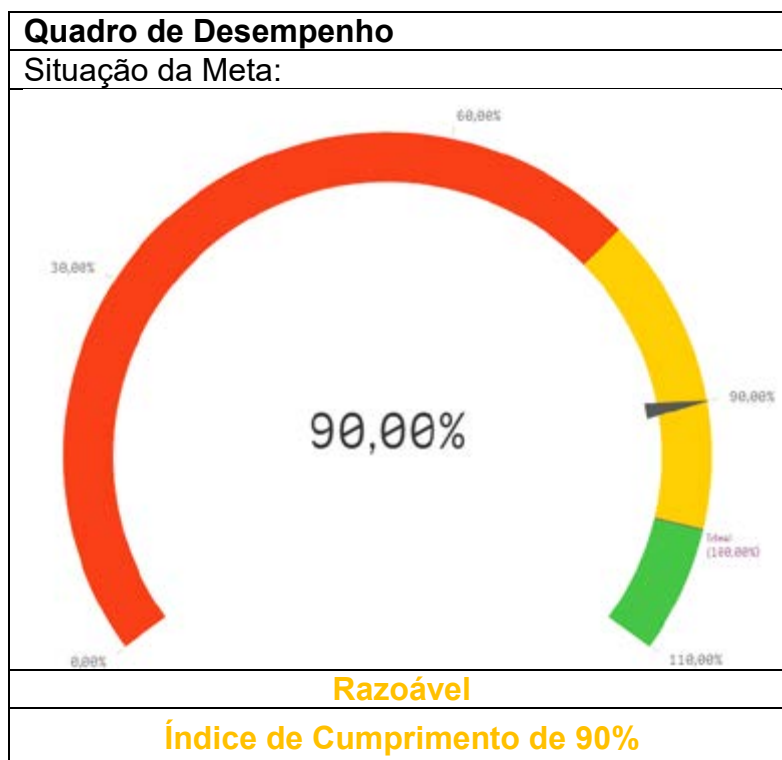
- Pelo Decreto Judiciário nº 588/2017 foi recomposto o Conselho Setorial de Política Salarial do Poder Judiciário do Estado de Goiás. O referido conselho reuniu-se regularmente para tratar do novo Plano de Cargos, Salários e de Carreiras do Poder Judiciário, sendo elaborada uma minuta do PCS, que foi apresentada ao SINDJUSTIÇA, em assembleia geral extraordinária, no dia 24/10/17, e por unanimidade de votos foi acolhida por seus filiados.
- Foi editado o Decreto Judiciário nº 1.734/2017, que recompõe a Comissão de Servidores TJGO, destinada ao estudo e normatização dos paradigmas a serem empregados nos processos de aposentadoria, quando cabível a incorporação.
- Aprovada pela Corte Especial a minuta do PCS, em sessão ordinária, realizada no dia 14/03/18.

- Aprovada na Assembleia Legislativa, em 04/04/189, e sancionada pelo Governador em 05/04/18, a Lei nº 20.033/2018, alterando a Lei estadual nº 17.663/2012, que dispõe sobre a Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás e dá outras providências.



META 15: IMPLANTAR SISTEMA DE GESTÃO DE CUSTOS GLOBAIS DE FORMA A GARANTIR O CONTROLE E A ECONOMICIDADE DE RECURSOS.

RESPONSÁVEL DA META: Diretoria-Geral / SGE – Diretoria de Gestão da Informação



RESULTADOS:

- O Sistema de Gestão de Custos concluído. Este sistema foi desenvolvido pela Diretoria de Gestão da Informação da SGE, e está inserido no Portal SGE Transparência, na área Gestão Administrativa – Central de Custos.

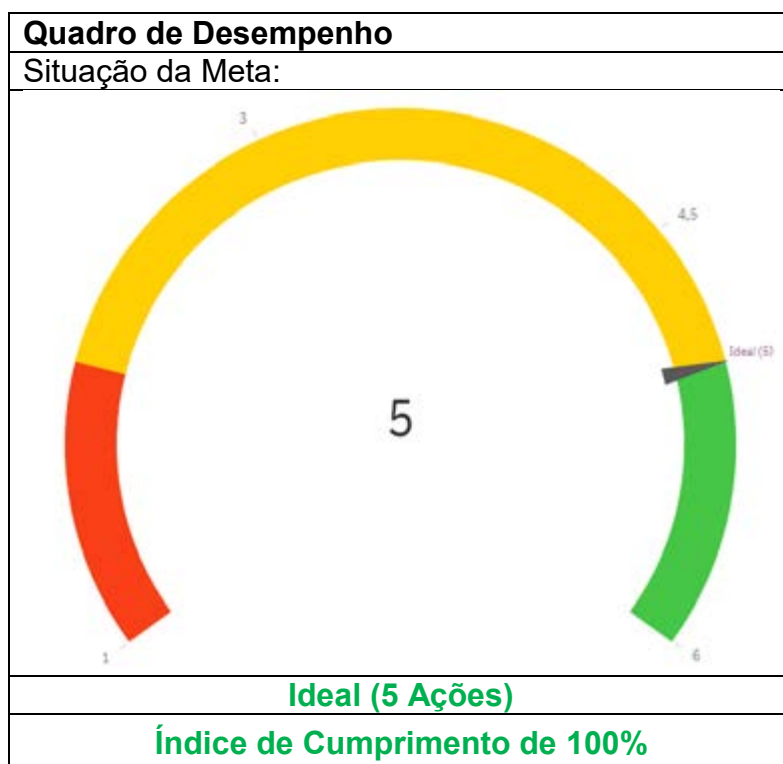
AÇÕES NECESSÁRIAS:

- Edição de ato normativo que regulamente o sistema.



META 16: REALIZAR 5 AÇÕES COM A FINALIDADE DE PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES NA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA DO PODER JUDICIÁRIO GOIANO.

RESPONSÁVEL DA META: Secretaria de Gestão Estratégica



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

- Elaboração do Plano de Gestão do biênio
- Pesquisa com Magistrados e servidores sobre sugestões às Metas Nacionais - 2018
- Elaboração do Orçamento Participativo
- Reunião de Avaliação da Estratégia
- SGE Transparência

RESULTADOS:

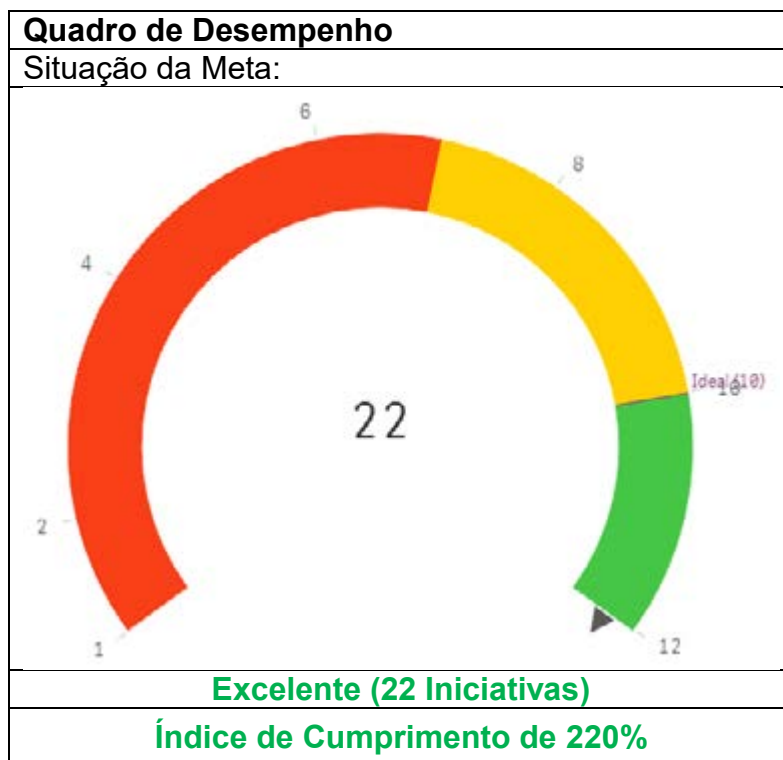
- Para elaboração do Plano de Gestão 2017/2019 foram realizadas reuniões com Diretores de área, coordenadores de núcleos e presidentes de comissões, no período de 13/02 a 20/02/17.

- Por meio de questionário, disponibilizado no Portal do Servidor, no período de 19/06 a 27/06/17, foi realizado levantamento junto a Magistrados e servidores sobre sugestões às Metas Nacionais de 2018, propostas pela Rede de Governança Colaborativa da Justiça Estadual.
- Foi disponibilizado no Portal do Servidor, no período de 19/06 a 27/06/17, um questionário sobre Orçamento Participativo do Poder Judiciário, em atendimento à Resolução nº 194/2014 (institui a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição) e 195/2014 (dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos de Primeiro e Segundo Grau do Poder Judiciário), ambas do Conselho Nacional de Justiça. Neste questionário desembargadores, juízes, diretores de foros e servidores tiveram oportunidade de opinar sobre a distribuição orçamentária deste Poder.
- RAE – Reunião de Análise da Estratégia com periodicidade quadrimestral. Estas reuniões contam com a participação de membros do nível estratégico do Poder Judiciário de Goiás, conforme estabelecido na Resolução nº 29/2015 do TJGO.
- Implantação do sistema SGE TRANSPARÊNCIA em maio/2017. Esta ferramenta permite a gestão tanto das informações do CNJ, quanto das informações relativas a processos judiciais e administrativos. Além de dados administrativos como consumo de água, energia elétrica e controle da frota de veículos do Poder Judiciário goiano. Foi incluído, também, módulo sobre Resolução nº 219/2016 do CNJ.



META 17: PROMOVER 10 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS COM A FINALIDADE DE DAR TRANSPARÊNCIA E ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO GOIANO.

RESPONSÁVEL DA META: Secretaria de Gestão Estratégica



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

- SGE Transparência:

Painel de Indicadores de Qualidade e Desempenho	Painel de Processos Judiciais e Administrativos	Painel de Gestão Administrativa
• Indicadores Processuais • Lotação 219 – CNJ • Controle Segundo Grau • Informação de Distribuição - 2º Grau • Controle PROAD • Indicadores de Itens de Consumo • Relatório de dados da Meta 2	• Aptos para Julgamento Presidência • Aptos para Julgamento Gabinetes • Aptos para Julgamento da Corte Especial • Inventário Criminal 2º Grau	• Relatório de Consumo de Água • Relatório de Consumo de Energia • Relatório de Consumo de Telefonia • Relatório de Consumo de Consumo de Postagem • Contratos Administrativos • Controle de Frota de Veículos

- Encontros Regionais da CGJ/GO
- Reestruturação do Portal da Internet, Intranet e Mídia *Indoor*

- Centro de Memórias do Poder Judiciário de Goiás
- Ouvidorias em Rede
- Implementação do Sistema Malote Digital na Procuradoria-Geral do Estado
- Implementação do Sistema Malote Digital na Secretaria de Segurança Pública
- **Cadeia de Valor do TJGO**
- Carta de Serviços do TJGO

RESULTADOS:

- **Encontros Regionais da CGJ/GO**
 - ✓ Descritos os resultados na Meta 1 do Plano de Gestão 2017/2019.
- **Centro de Memórias do Poder Judiciário de Goiás:**
 - ✓ Projeto objetiva disponibilizar à população o acesso ao acervo histórico-cultural do Poder Judiciário goiano.
 - ✓ Realizadas reuniões para celebração do Termo de Cooperação entre a UFG e o TJGO para colaboração na organização e conservação do acervo histórico-cultural do Centro de Memórias do Poder Judiciário de Goiás.
 - ✓ Designada a Diretoria Administrativa como unidade responsável pelo levantamento do acervo (PROAD 69397).
 - ✓ Expedido ofício circular aos Juízes de Direito Diretores de Foro, solicitando levantamento de itens para composição do acervo histórico do Centro de Memórias do Poder Judiciário de Goiás.
 - ✓ Disponibilizado no Portal do Servidor, formulário de Levantamento do Acervo Histórico para preenchimento após a verificação feita pelo Diretores do Foro.
- **Ouvidorias em Rede**
 - ✓ A Ouvidoria do TJGO, em articulação com outros órgãos, viabilizou a assinatura, em 15/08/2017, do Termo de Cooperação Técnica que institui a Ouvidorias em Rede, canal amplo de contato entre diversos organismos estaduais, visando à troca de experiências e divulgação das respectivas ações.
- **Termo de Cooperação com a Procuradoria-Geral do Estado de Goiás**
 - ✓ O Presidente do TJGO, Desembargador Gilberto Marques Filho assinou, no dia 16/08/2017, o acordo de Cooperação Técnica com a Procuradoria Geral do Estado de Goiás (PGE), para implementação do Sistema Malote Digital. A

iniciativa visa a facilitar o envio e o recebimento de documentos entre os órgãos, além de agilizar as comunicações e trazer maior segurança jurídica.

- **Implementação do Sistema Malote Digital na Secretaria de Segurança Pública**

- ✓ Implementado Malote Digital na Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária, Polícia Militar e Civil e Superintendência Executiva de Administração Penitenciária para o envio e o recebimento de mandado de prisão, ofícios e alvarás de soltura, desde novembro de 2017.

- **SGE Transparência**

- ✓ Considera-se cada módulo especificado no sistema uma iniciativa estratégica desenvolvida com a finalidade de alcance da Meta. Atualmente, existem 17 módulos em funcionamento, conforme listados acima.

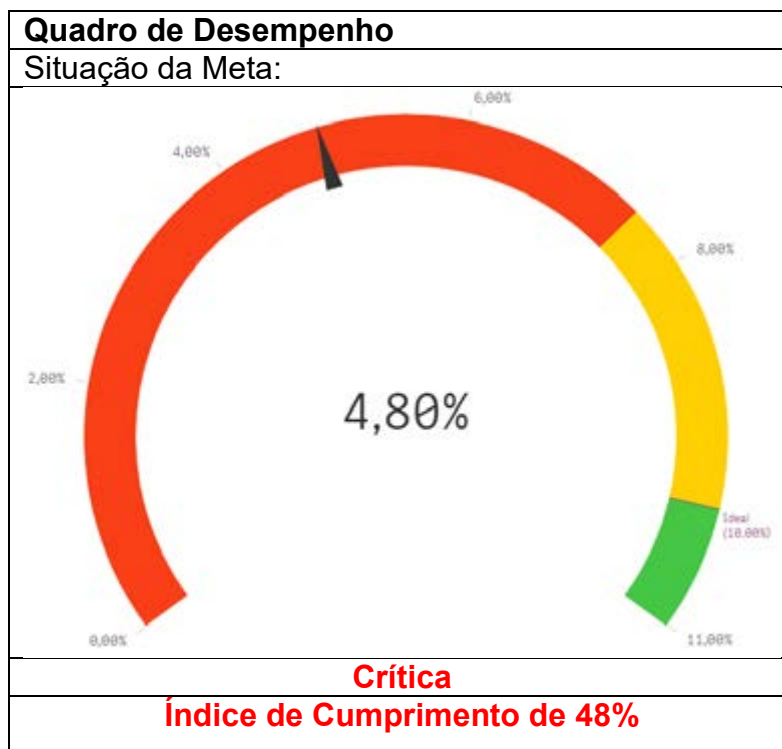
AÇÕES NECESSÁRIAS:

- **Comissão para Assuntos de Comunicação do TJGO** - finalizar projeto de alteração do *layout* do portal, assim como a reestilização da logo do TJGO para apresentação à Presidência.
- **Comissão Gestora de Implantação do Centro de Memórias** – finalizar as tratativas com a UFG para celebração de Termo de Cooperação Técnica.
- **Cadeia de Valor do TJGO:**
 - ✓ Diretoria de Gestão da Qualidade já elaborou a minuta do manual. Está aguardando incremento no sistema PROAD que possibilitará encaminhar o processo, simultaneamente, para as diretorias aprovarem o material produzido.
- **Carta de Serviços do TJGO:**
 - ✓ A Diretoria de Gestão da Qualidade da SGE está em fase final de levantamento de dados para a publicação da carta de serviços.



META 18: AMPLIAR O ÍNDICE DE GOVERNANÇA, GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-TIC, EM 10% EM RELAÇÃO AO ANO DE 2016.

RESPONSÁVEL DA META: SGE / Comissão de Informatização / Diretoria-Geral

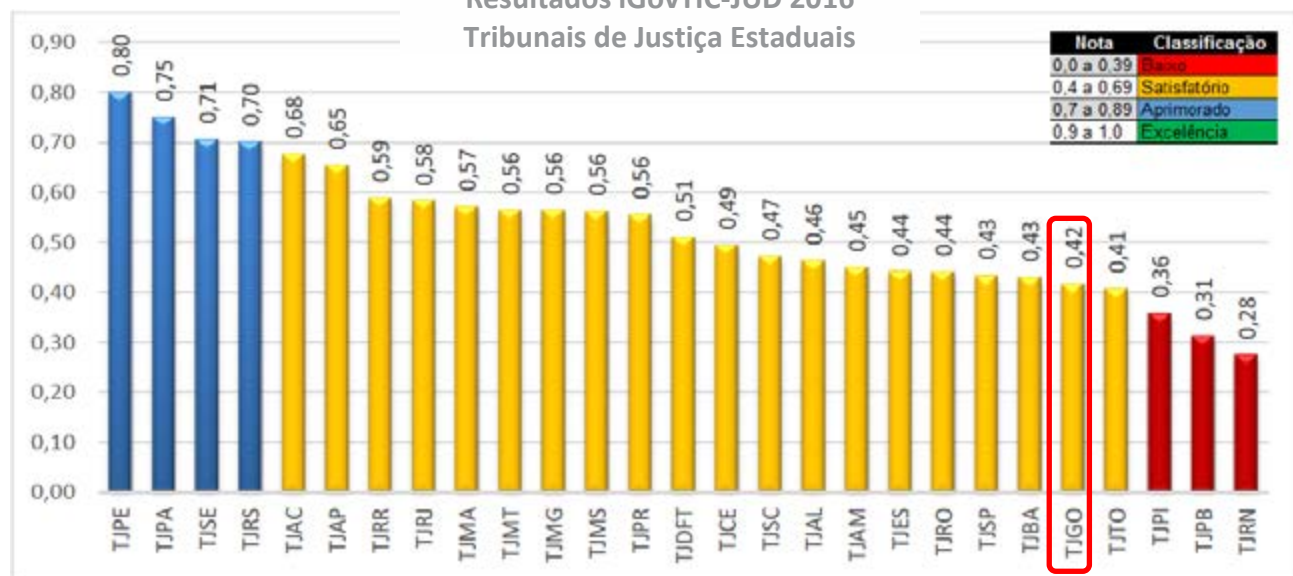


RESULTADOS:

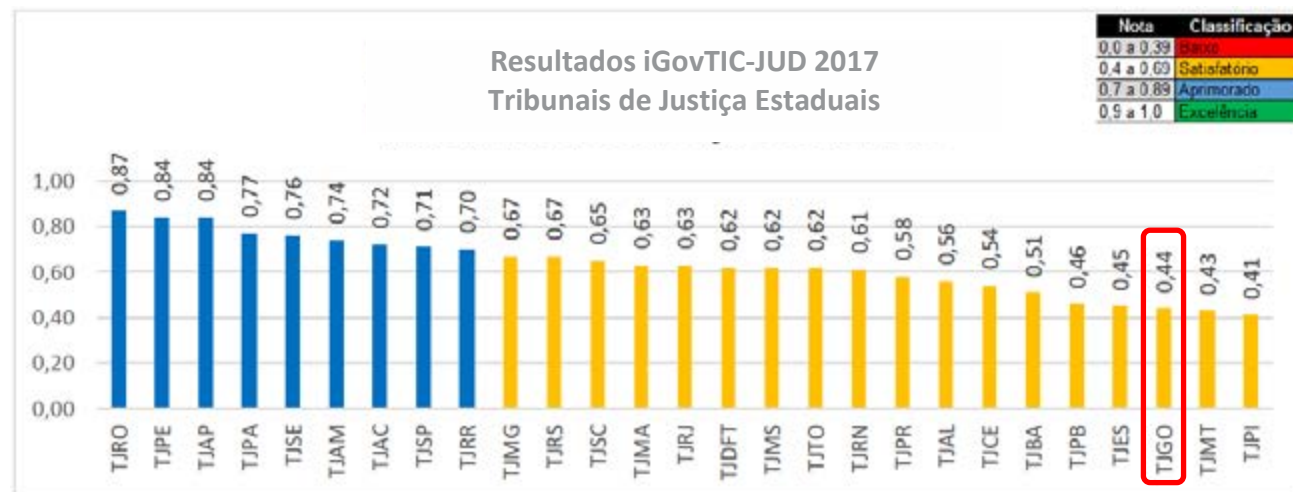
- Foi respondido o questionário do iGovTICJud, em setembro/2017, para o Conselho Nacional de Justiça.
- Após aplicação das respostas dos questionários, foi aplicada a fórmula de cálculo do iGovTIC-JUD, por órgão participante, resultando nos resultados apresentados:

Ano	Nível	iGovTIC-Jud	Classificação Geral
2016	Satisfatório	0,42	74
2017	Satisfatório	0,44	89

Resultados iGovTIC-JUD 2016
Tribunais de Justiça Estaduais



Resultados iGovTIC-JUD 2017
Tribunais de Justiça Estaduais



Os dois gráficos mostram que de 2016 para 2017, o TJGO aumentou em 0,02 pontos seu resultado nos critérios de avaliação do iGovTIC-JUD entretanto, perdeu posição entre os tribunais de Justiça Estaduais, visto que em 2016 ocupava a 23ª posição e, em 2017, passou a ocupar a antepenúltima posição, mostrando que apesar da evolução, o resultado, não possibilitou ainda o alcance da classificação almejada – aprimorado.

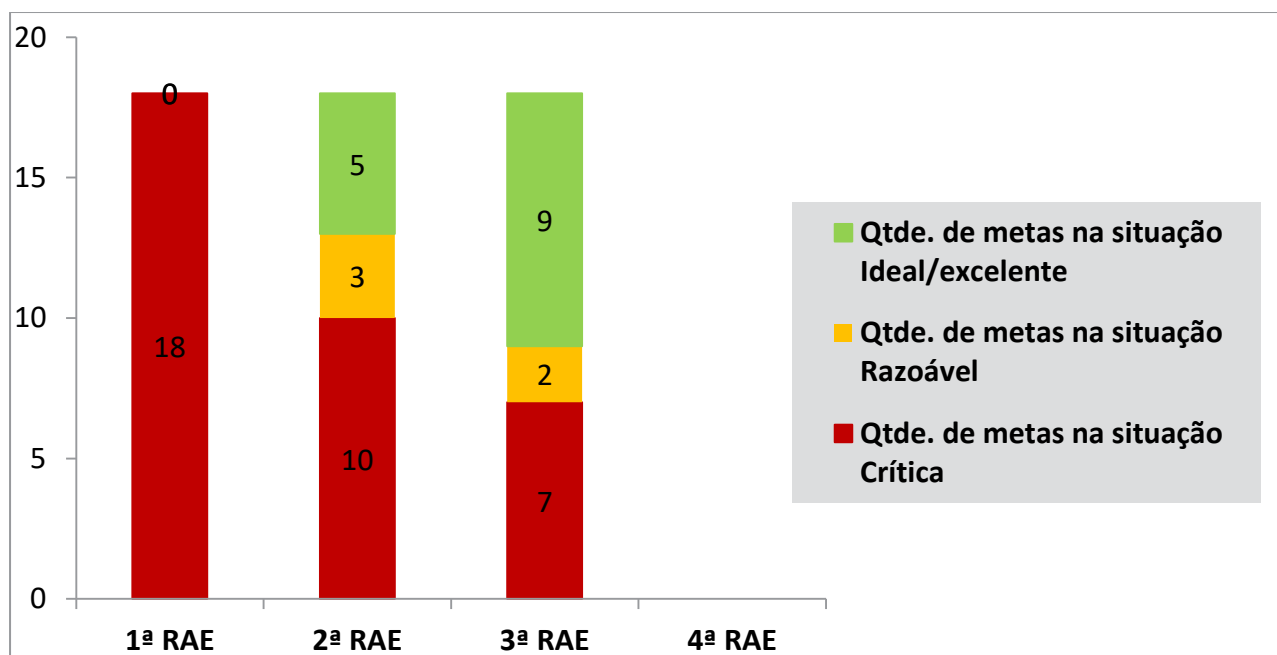
AÇÕES NECESSÁRIAS:

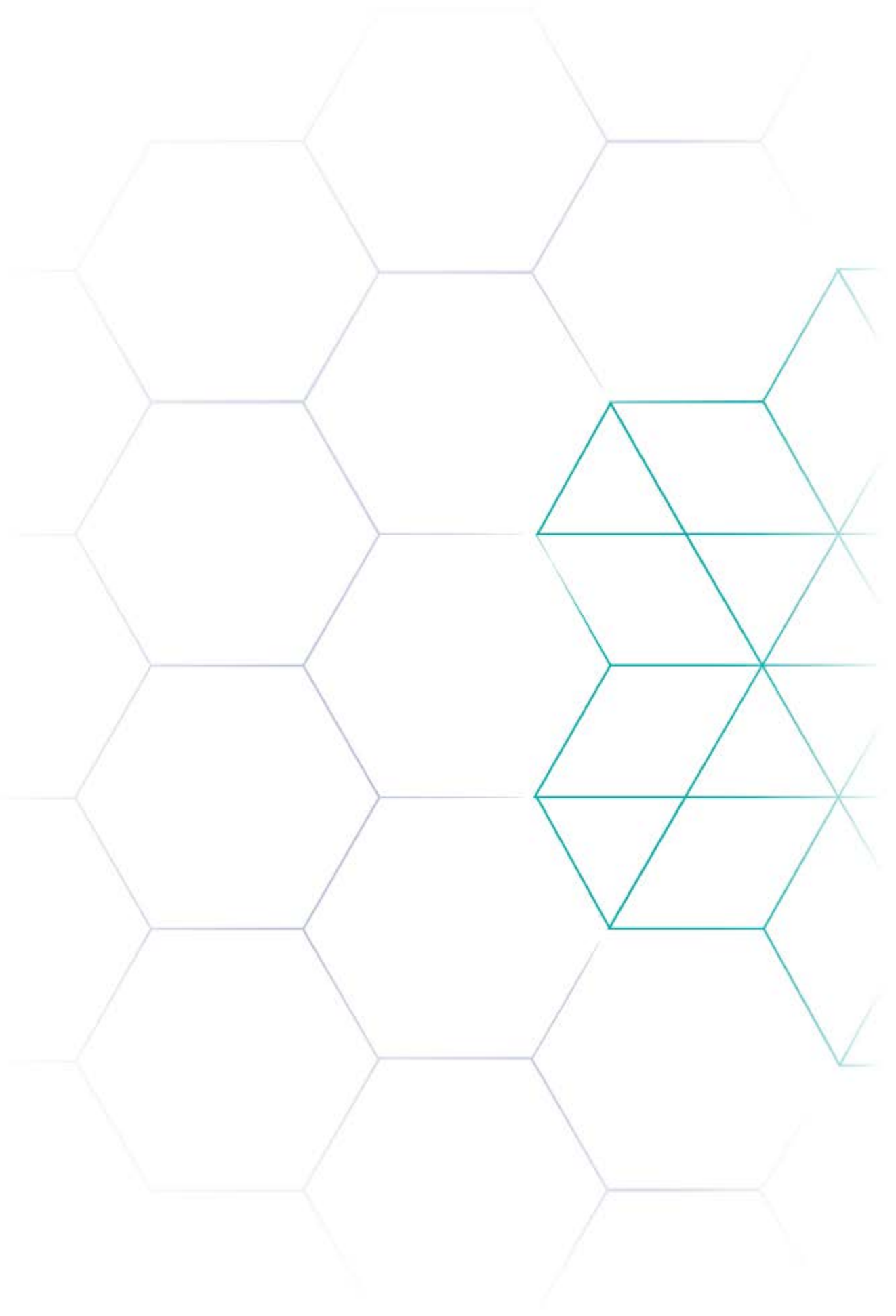
- Os critérios mudaram, e com isso mudou a pontuação. A Diretoria de Planejamento e a Diretoria de Informática irão avaliar os critérios e elaborar um plano de ação.

QUADRO RESUMO DAS METAS

Meta	Situação	Meta	Situação
Meta 1	Cumprida	Meta 10	Crítica
Meta 2	Crítica	Meta 11	Cumprida
Meta 3	Crítica	Meta 12	Cumprida
Meta 4	Cumprida	Meta 13	Crítica
Meta 5	Cumprida	Meta 14	Cumprida
Meta 6	Razoável	Meta 15	Razoável
Meta 7	Cumprida	Meta 16	Cumprida
Meta 8	Crítica	Meta 17	Cumprida
Meta 9	Crítica	Meta 18	Crítica

EVOLUÇÃO DAS METAS







RAE RELATÓRIO
DE AVALIAÇÃO
DA ESTRATÉGIA

RESULTADOS DAS METAS NACIONAIS 2017

RESULTADOS DAS METAS NACIONAIS - 2017

O Conselho Nacional da Justiça - CNJ realizou, em dezembro de 2016, o **10º Encontro Nacional do Poder Judiciário**, ocasião em que foram apresentadas as Metas Nacionais aprovadas para os Tribunais alcançarem no ano de 2017.

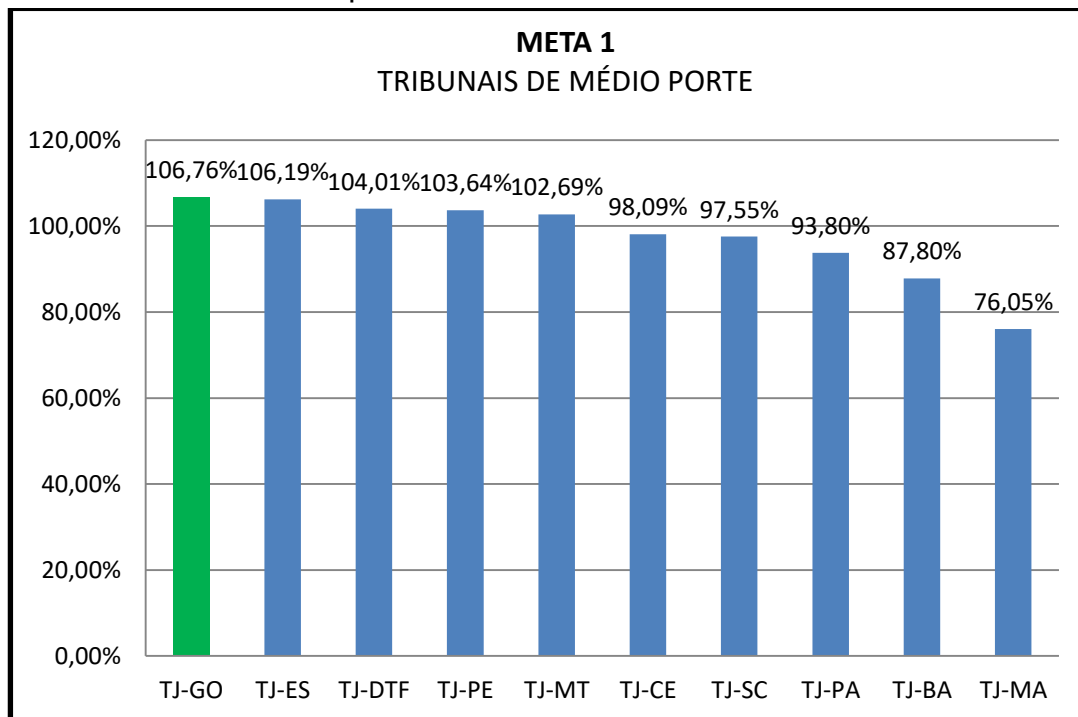
No *site* do CNJ foram disponibilizados os resultados das Metas Nacionais por segmento e por meta, os quais foram analisados a fim de averiguar os índices obtidos por este tribunal e pelos demais tribunais brasileiros no cumprimento das metas estabelecidas.

Para tanto, dentre todos os critérios apresentados pelo CNJ, para análise do desempenho dos tribunais estaduais, foram eleitos, para construção deste relatório, os critérios por porte e por região, conjuntamente, com os resultados alcançados por metas.

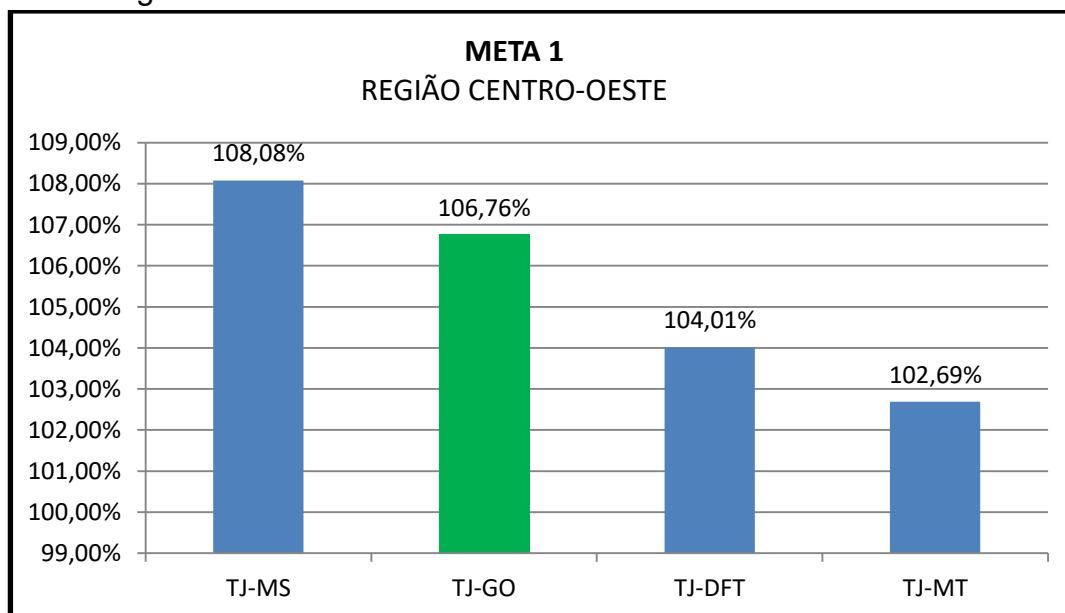
Assim, os resultados apresentados envolvem os tribunais de médio porte (TJBA, TJCE, TJDFT, TJES, TJGO, TJMA, TJMT, TJPA, TJPE e TJSC) e a região centro-oeste (TJDFT, TJGO, TJMT e TJMS).

META 1 - Julgar mais processos que os distribuídos

- A meta propõe julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente
- Gráficos de desempenho:
 - ✓ Tribunais de médio porte.



- ✓ Na região Centro-Oeste.

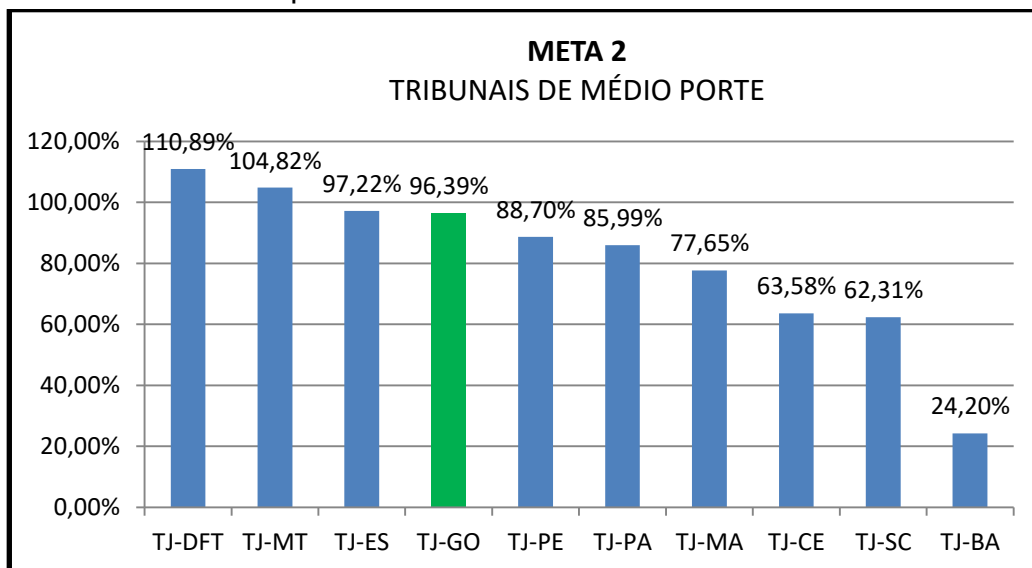


Pela análise dos gráficos é possível verificar que o TJGO cumpriu integralmente a meta, apresentando percentual acima de 100%, demonstrando o empenho para o alcance do que foi proposto.

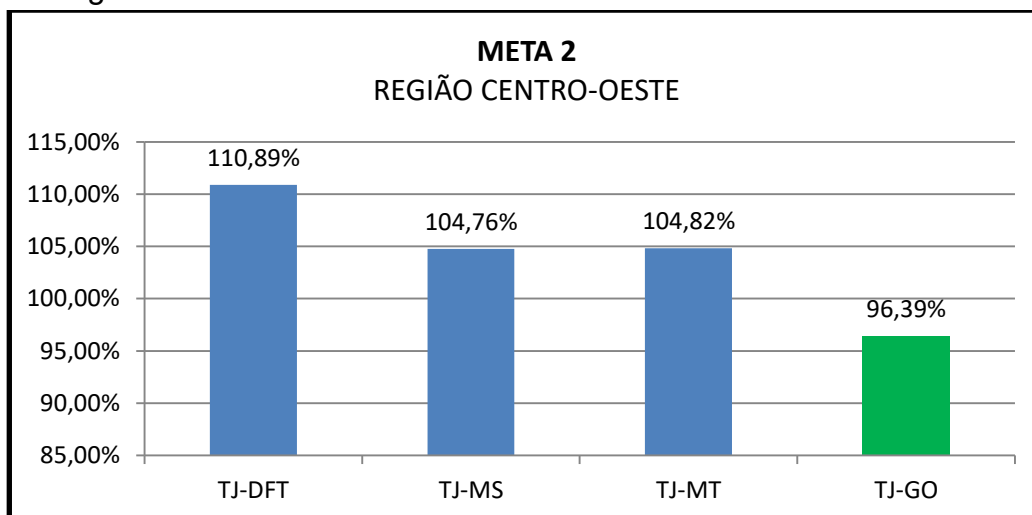
O percentual de cumprimento da meta foi de **106,76%**, representando 422.535 processos distribuídos e 451.117 processos julgados.

META 2 - Julgar processos mais antigos

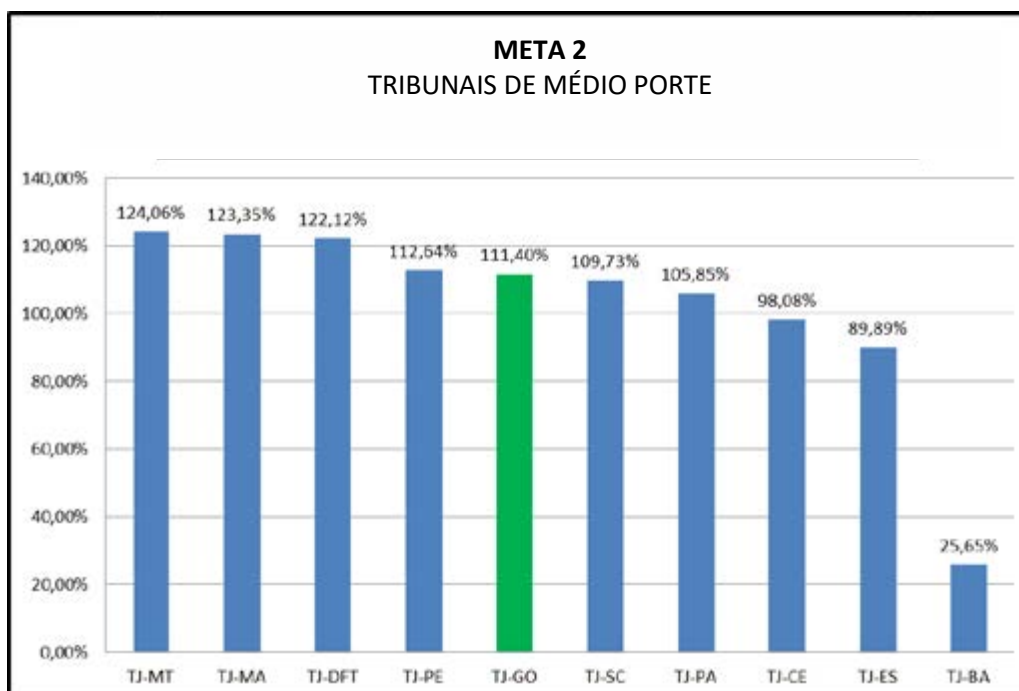
- A meta propõe identificar e julgar, até 31/12/2017:
 - ✓ No 1º Grau, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013.
 - ✓ No 2º Grau, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014.
 - ✓ Nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014.
- Gráficos de desempenho
 - ✓ No 1º Grau
Tribunais de médio porte.



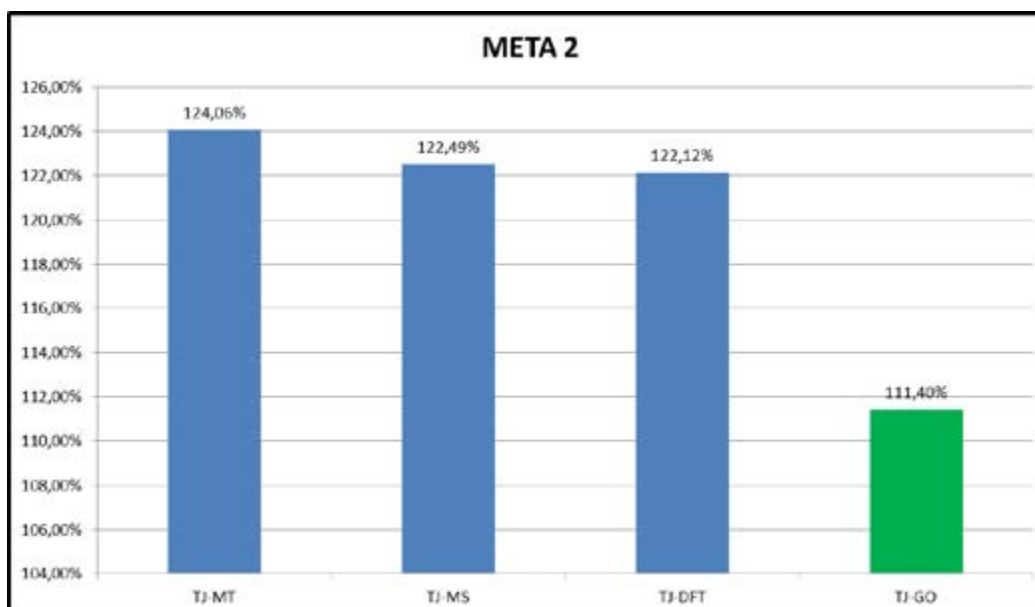
Na região Centro-Oeste.



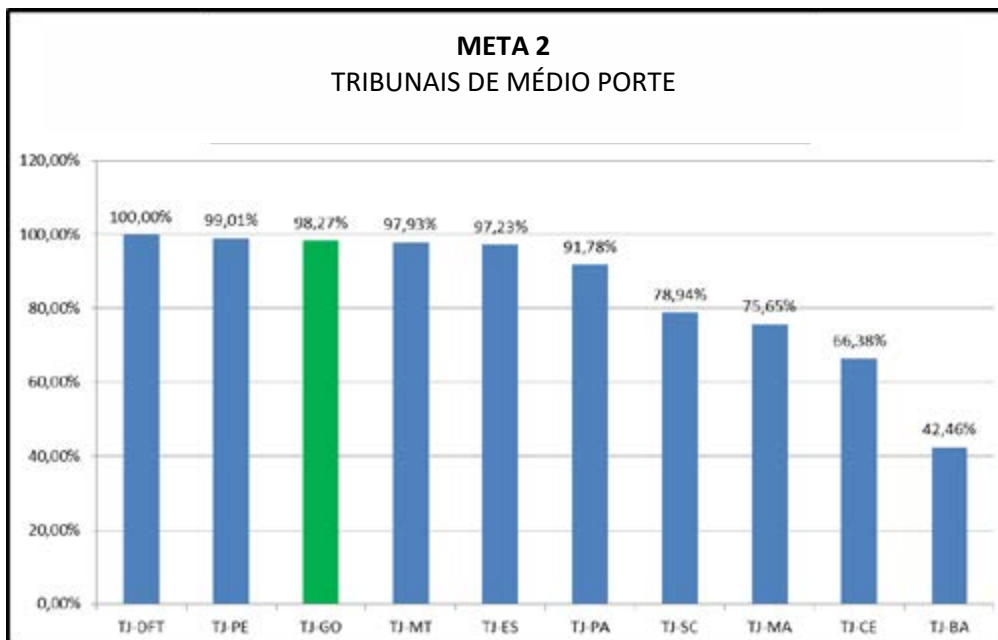
- ✓ No 2º Grau
Tribunais de médio porte.



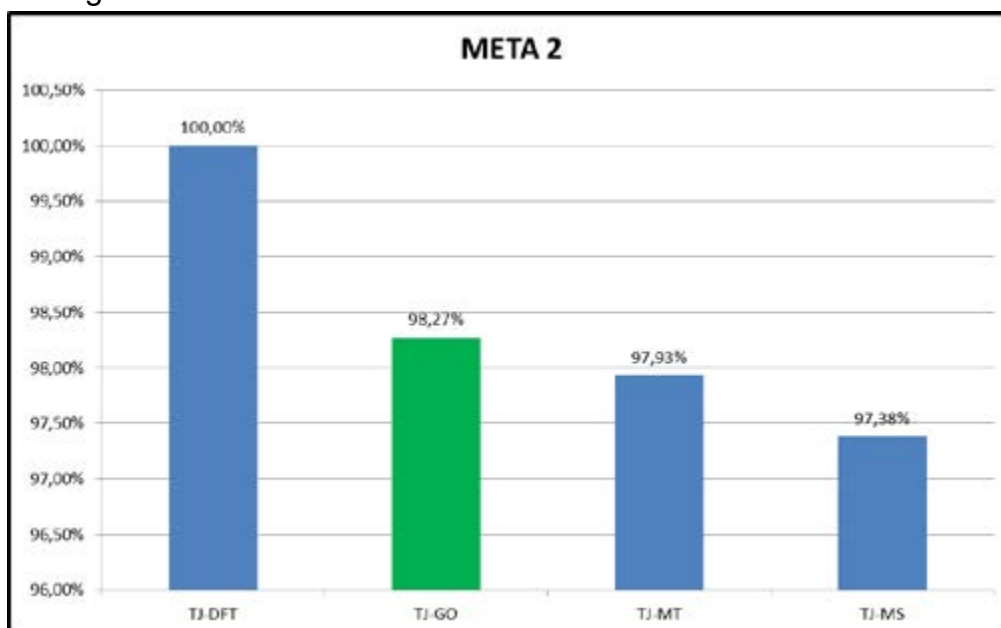
Na região Centro-Oeste.



- ✓ Nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais
Tribunais de médio porte.



Na região Centro-Oeste.



Na análise geral, o TJGO apresentou os seguintes percentuais de cumprimento:

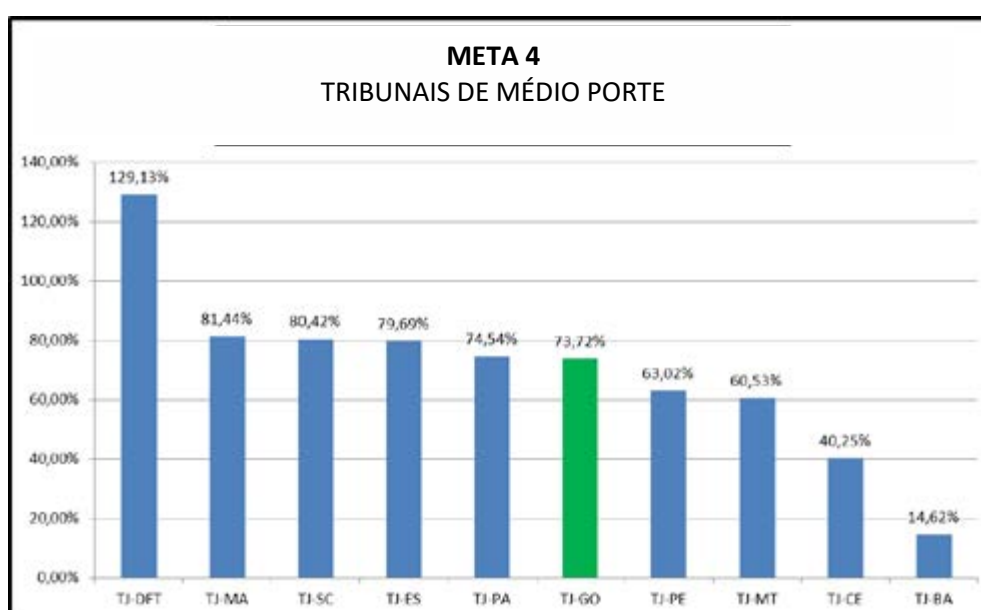
- ✓ No 1º Grau – **96,39%** = 343.606 processos julgados.
- ✓ No 2º Grau – **111,40%** = 15.692 processos julgados.
- ✓ Nos Juizados Especiais e Turmas Recursais - **98,2%** = 101.118 processos julgados.

META 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

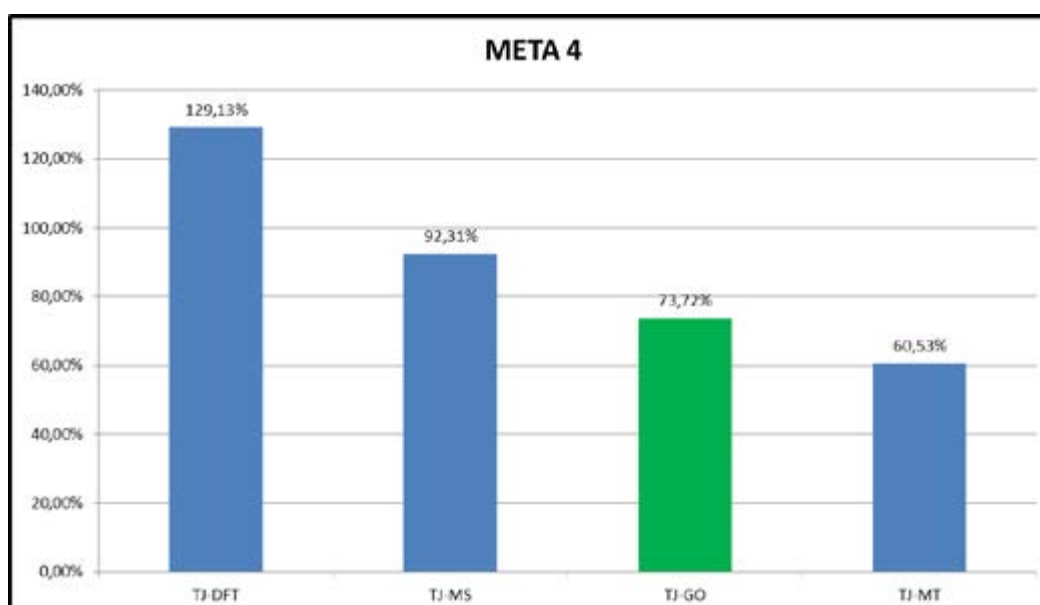
- A meta propõe identificar e julgar 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

- Gráficos de desempenho:

✓ Tribunais de médio porte



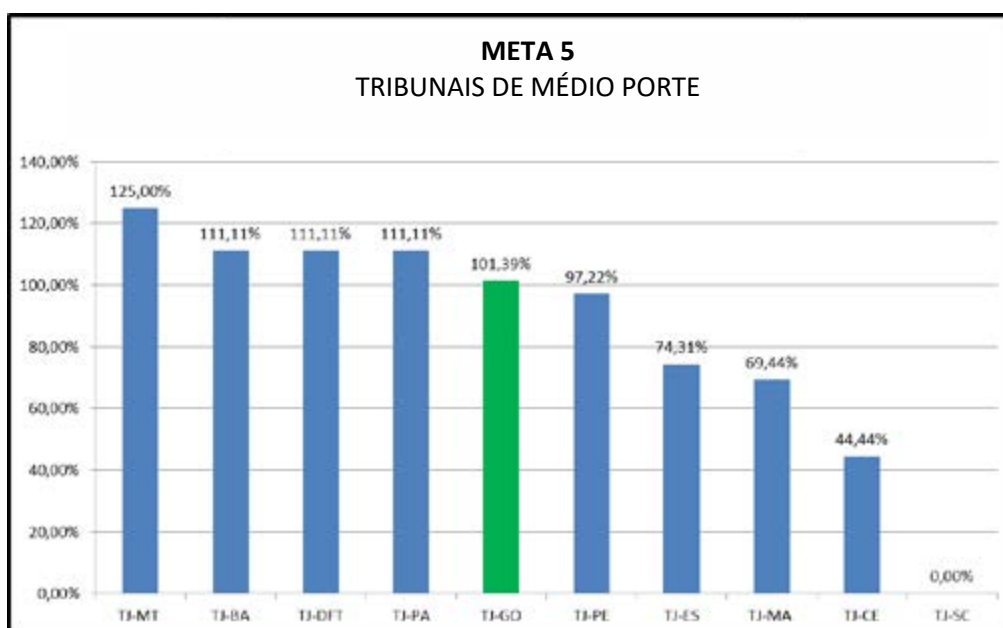
✓ Região Centro-Oeste.



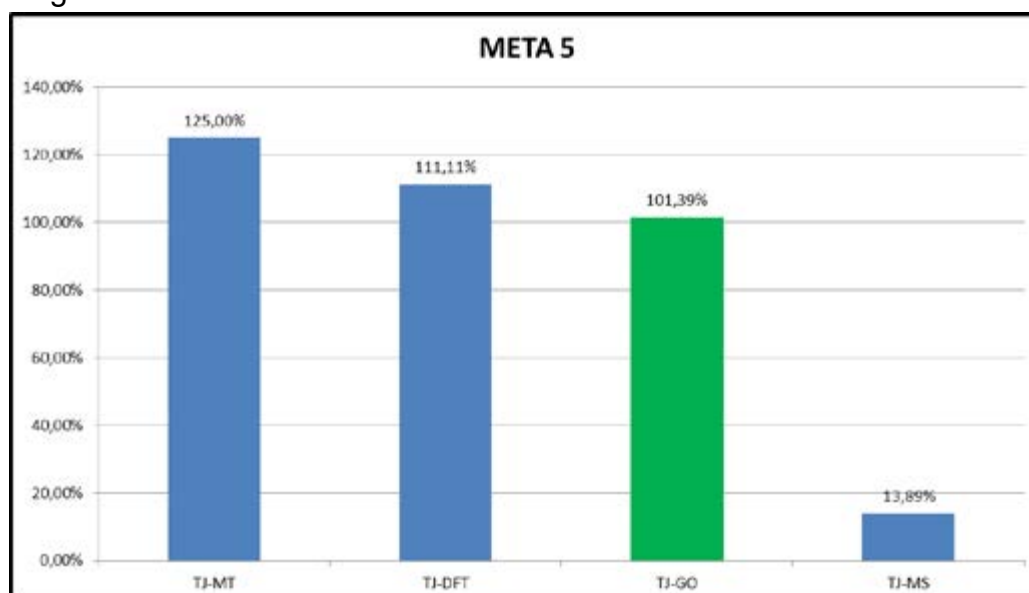
O TJGO, alcançou em 2017, o percentual de **73,72%** de cumprimento da meta, representando o total de 1.510 processos julgados no ano em referência, sendo 507 relativos às ações de improbidade administrativa e 1007 referentes às ações de crimes contra a administração pública.

META 5 - Impulsionar os processos à execução

- A meta propõe estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, até 31/12/2017.
- Gráficos de desempenho
 - ✓ Tribunais de médio porte.



- ✓ Região centro-oeste.



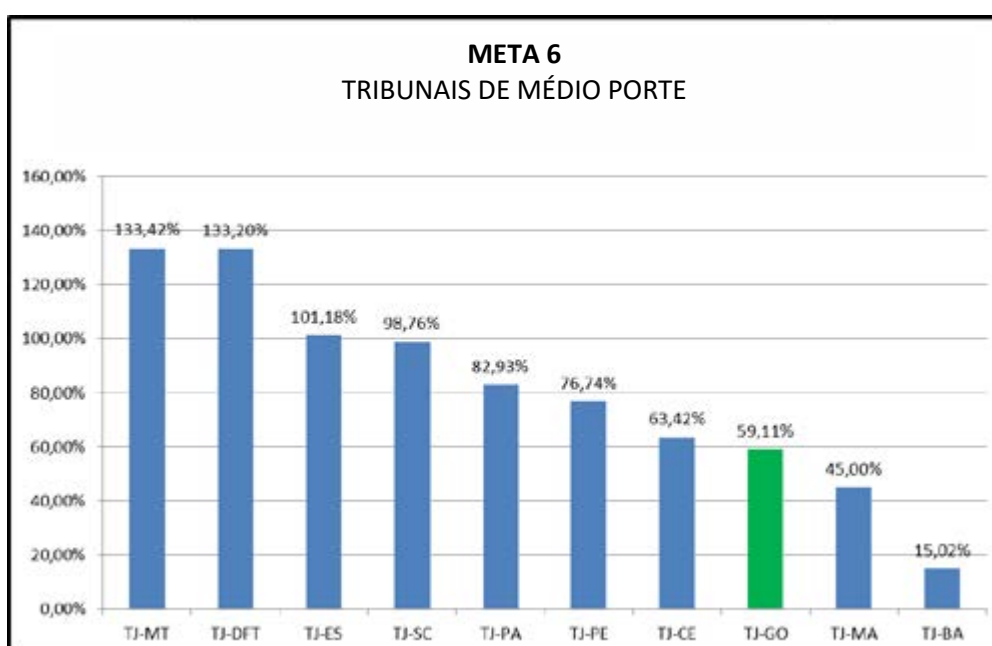
Para efeito de cumprimento da meta, o CNJ estabeleceu algumas ações para os tribunais cumprirem, sendo elas:

1. Realizar pelo menos um mutirão de conciliação das execuções fiscais e extrajudiciais.
2. Estimular o protesto de título nas execuções fiscais ajuizadas. (Provimento nº 4/2015 CGJGO)
3. Disponibilizar, trimestralmente, no site do Tribunal as receitas recuperadas provenientes das execuções fiscais, até 31/12/2017.
4. Construir plano de comunicação para divulgar a sociedade todos os benefícios e atividades da meta.
5. Reduzir o ajuizamento de ações para cobrança de débitos de pequeno valor pelos Estados e Municípios, utilizando-se de formas alternativas de cobrança, como o protesto extrajudicial, diante do custo do trâmite das execuções fiscais.
6. Criar uma ferramenta de alcance nacional e que permita dar maior eficiência e facilidade na operacionalidade à decretação de indisponibilidade de bens, prevista no art. 185-A do Código Tributário Nacional, como é o caso do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI).

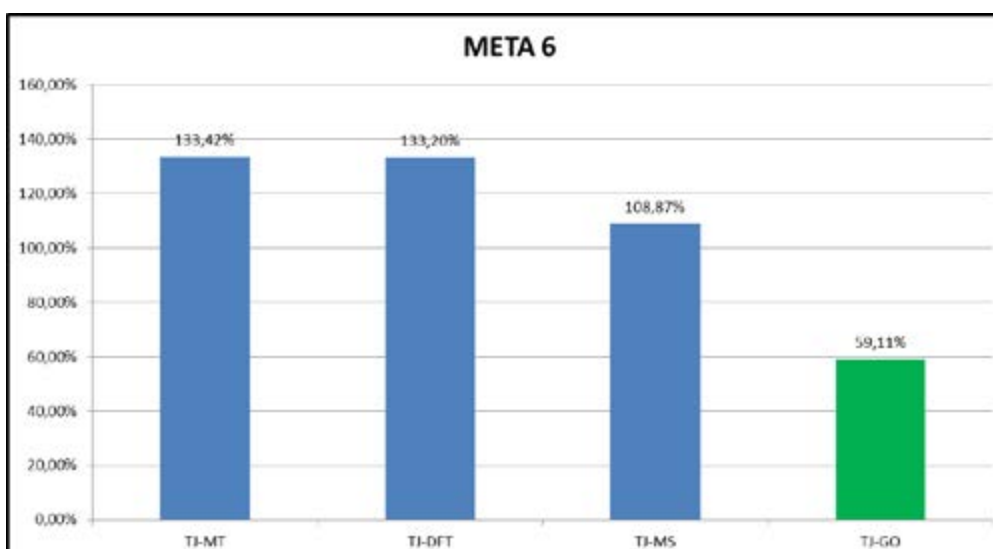
O TJGO buscou atuar de forma efetiva na consecução das ações propostas pelo CNJ, resultando no percentual de **101,39%** de cumprimento da meta.

META 6 - Priorizar o julgamento das ações coletivas-Justiça Estadual

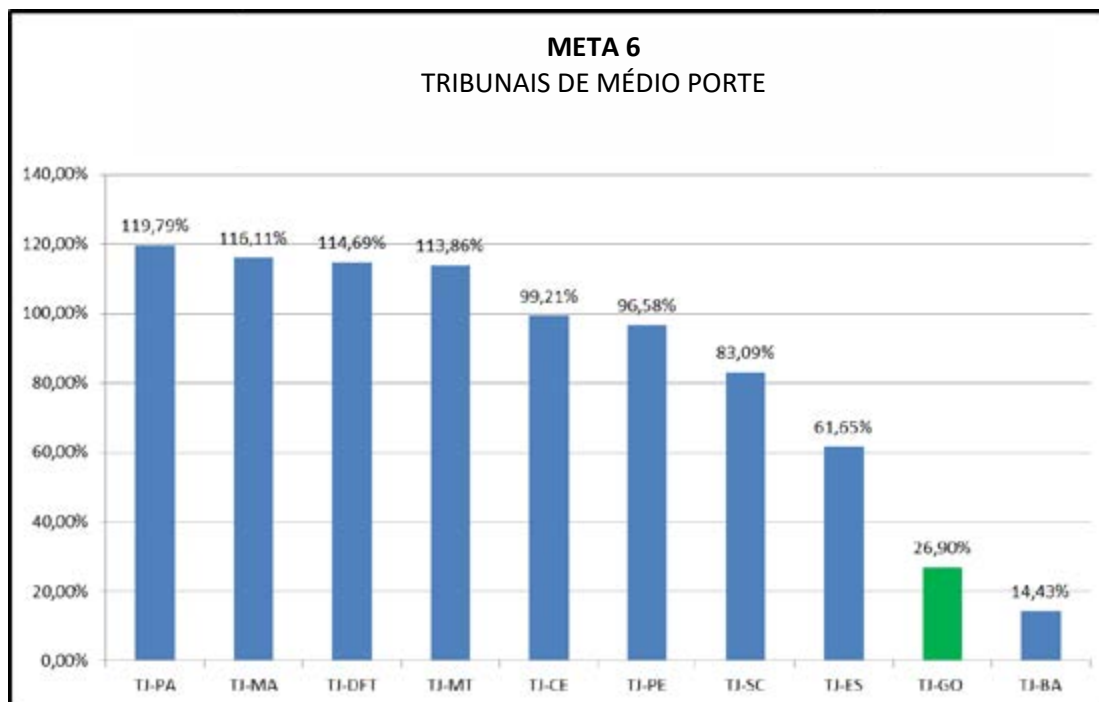
- A meta propõe julgar, até 31/12/2017:
 - ✓ No 1º Grau 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014.
 - ✓ No 2º Grau 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015.
- Gráficos de desempenho
 - ✓ No 1º Grau
Tribunais de Médio Porte.



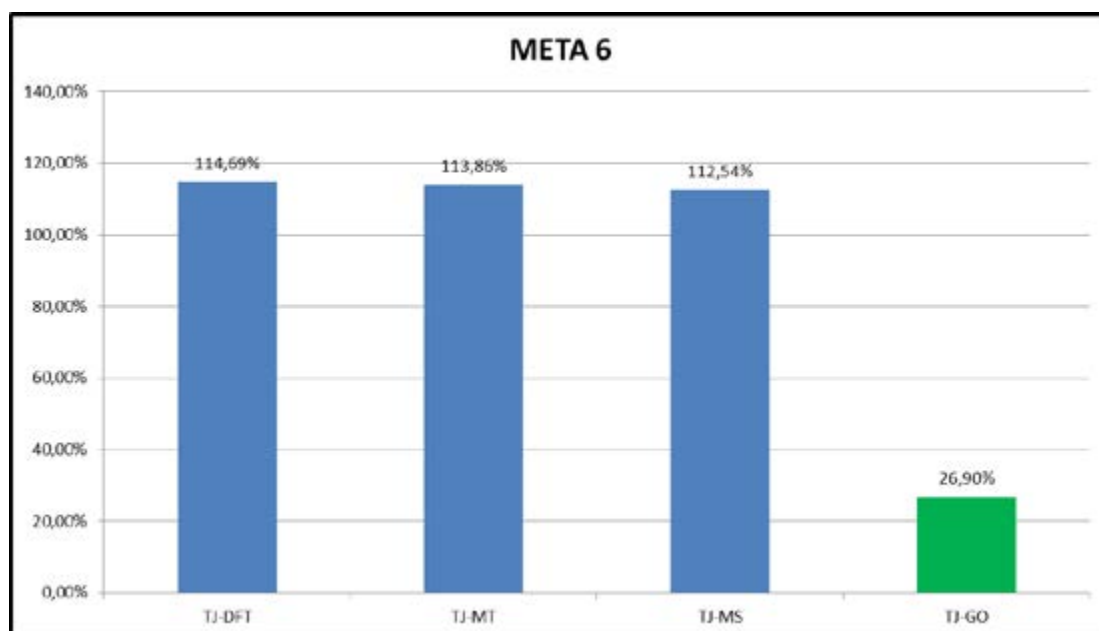
Região centro-oeste.



- ✓ No 2º Grau
Tribunais de Médio Porte.



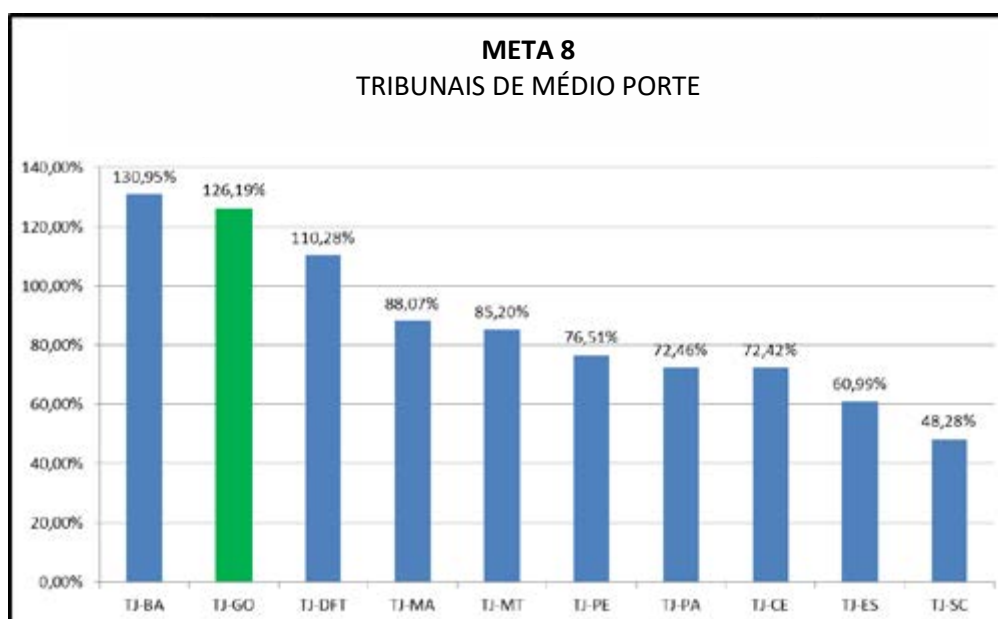
Região centro-oeste.



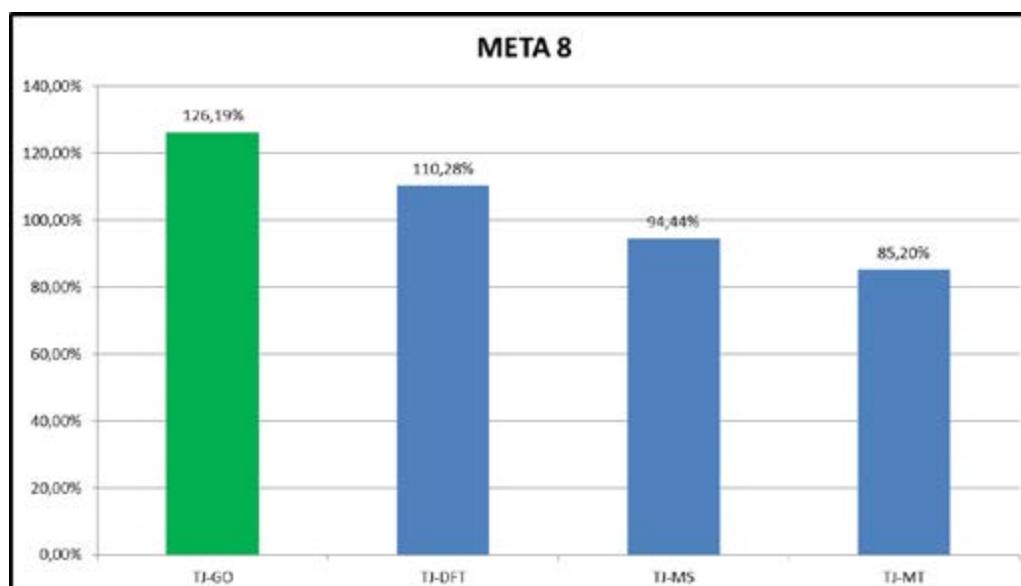
Com base nas informações coletadas, o resultado não se mostrou satisfatório uma vez que no 1º Grau o percentual de cumprimento foi de **59,11%**, o que equivale a 1.447 ações julgadas no período de referência e, no 2º Grau, o percentual de cumprimento foi de **26,90%**, equivalente a 34 ações julgadas no mesmo período.

META 8 - Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, até 31/12/2017

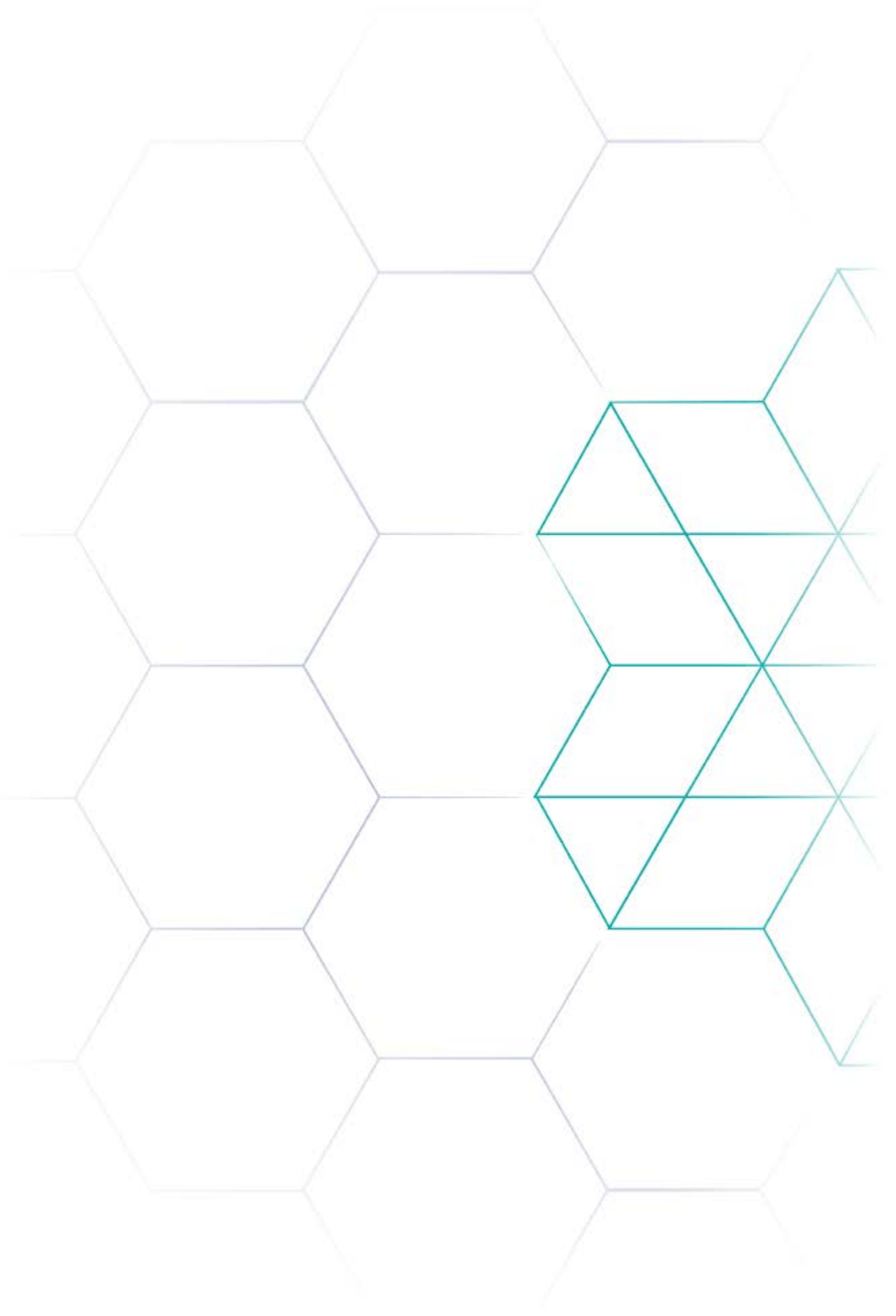
- Conforme o Glossário das Metas, coube ao Poder Judiciário estabelecer estratégias e a qualificação de seus serviços, com vistas a garantir o pleno acesso à justiça às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, assim preconizado no art. 3º da Lei 11.340/2006.
- Gráficos de desempenho:
 - ✓ Tribunais de médio porte.



- ✓ Região centro-oeste.



A Coordenadoria da Mulher, contando com o apoio da Presidência em todas as iniciativas, desenvolveu no ano de 2017 várias ações com o intuito de fortalecer o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher e incentivar a busca da resolução de conflitos de forma consensual, resultando no alto desempenho do TJGO no cumprimento da meta, alcançando o percentual de **126,19%**.





RAE RELATÓRIO
DE AVALIAÇÃO
DA ESTRATÉGIA

METAS NACIONAIS 2018

METAS NACIONAIS 2018

Para o ano de 2018 as metas nacionais estabelecidas no XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, nas palavras do Ministro Dias Toffoli, buscam “refletir a transparência, a eficiência e a responsabilidade do Poder Judiciário, sendo essas as premissas para uma boa governança”.

Assim ficaram definidas as metas para os Tribunais Estaduais:

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (Todos os segmentos)

Na Justiça Estadual: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

META 2 – Julgar processos mais antigos (Todos os segmentos) Identificar e julgar até 31/12/2018 pelo menos:

Na Justiça Estadual: 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 2º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça Militar da União e dos Estados)

Identificar e julgar até 31/12/2018:

Na Justiça Estadual: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

META 5 – Impulsionar processos à execução (Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Na Justiça Estadual: estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, até 31/12/2018.

META 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, TST, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Identificar e julgar até 31/12/2018:

Na Justiça Estadual: 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 2º grau.

META 8 – Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres (Justiça Estadual)

Na Justiça Estadual: fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, até 31/12/2018.

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Secretaria de Gestão Estratégica

ADMINISTRAÇÃO

Desembargador GILBERTO MARQUES FILHO

COORDENAÇÃO GERAL

Cássia Aparecida de Castro Alves

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Eunice Machado Nogueira

COORDENAÇÃO DO ASSESSORAMENTO

Jaquelline Martins e Silva
Adriana Mesquita
Angela Maria Andrade Melo
Célia Maria Bagageiro Marçal
Elisângela Braz Ferreira Portela
Gláucia Alves de Mendonça Ferreira
Karla Helou Cândido de Paula Freitas

SECRETARIA EXECUTIVA

Rodolfo Augusto Chaveiro da Silva
Ivana de Sousa Bernardes Iwamoto

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

Eunice Machado Nogueira
Adriano José da Silva Santos
Ariston Jorge Meireles
Carla Spencieri de Oliveira Ribeiro Jayme
Denise Evangelista Teixeira
Diego César Santos
Haniel Carneiro Zoccoli
Ilton Machado Borges Junior
Luciana Gonçalves Toledo Paiva
Ludmila Rosa Coelho Mello
Nicole Menezes Nery
Nilvânia Maria de Fátima Cavalcante
Simone Domingues Carmo Costa

DIRETORIA DE GESTÃO DA QUALIDADE

Anderson Yagi Costa
Eliane Gouveia Martins
Gabriel Gonzaga Santafosta
Hudson Cândido Rodrigues
Julianne Brito Barroso
Marlane Rios Serra
Patrícia de Melo Lenza Nahas Gouvea

DIRETORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Antônio Pires de Castro Júnior
José Gomes de Souza Filho
Leonardo Neill Moreira
Wesley Alves de Oliveira

TEXTOS

Eunice Machado Nogueira
Diego César Santos
Ludmila Rosa Coelho Mello

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Haniel Carneiro Zoccoli

IMPRESSÃO

Serviço de Impressão Digital

